

# PREGÃO ELETRÔNICO

90013/2025

## CONTRATANTE (UASG)

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (158658)

## OBJETO

Contratação de serviços de empresa especializada no serviço de agenciamento de viagem com repasse de valores, para o fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, bem como serviços correlatos tais como: seguro viagem.

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 2.500.001,70 (Dois milhões, quinhentos mil, um real e setenta centavos)

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 18/07/2025 às 09h01m (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Maior desconto por grupo

## MODO DE DISPUTA:

Aberto e fechado



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!

# Edital 12/2025

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
12/2025	158658-UNIVERSIDADE FED. DA INTEGR. LATINO-AMERICANA	CRISTIAN FABIO TYMUS	01/07/2025 15:23 (v 5.0)
Status	CONCLUIDO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		23422.010725 /2025-15

## 1. DO OBJETO

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90013/2025

Processo Administrativo nº 23422.010725/2025-15

Torna-se público que a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, autarquia federal, CNPJ 11.806.275/0001-33, por meio do Departamento de Licitações, sediada na Av. Tarquínio Joslin dos Santos 1000, Polo Universitário – Foz do Iguaçu – PR, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

### DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **contratação de serviços de empresa especializada no serviço de agenciamento de viagem com repasse de valores, para o fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, bem como serviços correlatos tais como: seguro viagem**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em **grupo único**, formado por **3 itens**, conforme tabela constante no Termo de Referência/Projeto Básico, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 Não se aplica, pois trata-se de pregão tradicional.

### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

*3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.*

3.7 **Não** poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.5 e 3.7.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.5 e 3.7.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

*4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.*

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.1 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7 Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

- 5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 5.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 5.7.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de c5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício. rédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

### 6.1.1. valor do grupo;

6.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo exigido pela Administração, conforme tabela do item 1.1 do Termo de Referência;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-

Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil[A2] .

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.[A4]

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.13. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

6.14. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



7.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor do item**.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

**7.11. Será adotado o envio de lances na licitação pelo modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.**

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.11.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.11.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.21.2. empresas brasileiras;

7.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **4 (quatro) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.15. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo **duas horas** para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.16. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

8.17. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

## 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1.A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio de sítios oficiais na web, desde que passíveis de conferência/autenticação.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **4 (quatro) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **4 (quatro) horas**, para:

9.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **5 (cinco)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **5 (cinco)** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **5 (cinco)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.



10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7. 1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10.8. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024.

## **11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1. Não se aplica, pois trata-se de licitação tradicional.

## **12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

12.1. Não se aplica, pois trata-se de licitação tradicional.

## **13. DOS RECURSOS**

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://documentos.unila.edu.br/licitacoes>.

## 14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.7.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.7.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **30 (trinta)** dias úteis, a contar da comunicação oficial. [A2]

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8

e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Ç14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**15.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio **endereço eletrônico: [licitacao@unila.edu.br](mailto:licitacao@unila.edu.br)**.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico **<https://documentos.unila.edu.br/licitacoes>**.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2 Anexo II – Minuta de Proposta de Preços;

16.11.3. Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;

16.11.4. Anexo IV – Instrução Normativa nº 01/2024 PROAGI/UNILA;

Foz do Iguaçu, 01 de Julho de 2025.

**Diogo André Bastian**  
**Pró-Reitor de Administração, Gestão e Infraestrutura**

## **17. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ALAN SILVA DE MORAIS**

Equipe de apoio

**CRISTIAN FABIO TYMUS**

Pregoeiro

Termo de Referência 111/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
111/2025	158658-UNIVERSIDADE FED. DA INTEGR. LATINO-AMERICANA	FLAVIO RANIERI DOS SANTOS	23/06/2025 14:04 (v 12.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		23422.010725 /2025-15

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 23422.010725 /2025-15)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviços empresa especializada no serviço de agenciamento de viagem com repasse de valores, para o fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, bem como serviços correlatos tais como: seguro viagem, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Prestação do serviço de agenciamento para emissão de passagem aérea nacional (transporte de pessoal). O serviço compreende, assessoria, cotação, reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento de bilhete aéreo e repasse de valores dos bilhetes nacionais.	23256	Unidade	2352	R\$ 784,10	R\$ 1.844.203,20
2	Prestação do serviço de agenciamento para emissão de passagem aérea internacional (transporte de pessoal). O serviço compreende,	23256	Unidade	225	R\$ 2.514,66	R\$ 565.798,50

	assessoria, cotação, reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento de bilhete aéreo e repasse de valores dos bilhetes internacionais.					
<b>3</b>	Prestação do serviço de agenciamento para emissão, alteração, cancelamento de seguro viagem internacional e repasse de valores dos seguros viagens internacionais	23256	Unidade	600	R\$ 150,00	R\$ 90.000,00
...					<b>Total R\$</b>	<b>2.500.001,70</b>

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de e 12 (doze) contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista a necessidade de ininterruptão das atividades desenvolvidas pela Universidade federal da Integração Latino-Americana - UNILA, visando atender os deslocamentos aéreos de servidores a serviço da Universidade para participação em seminários, congressos, reuniões, treinamentos, cursos e demais eventos de interesse desta instituição, e ainda para atender os convidados e colaboradores eventuais que participarão de bancas de concurso, palestras ou outros eventos de interesse institucional, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a estabilidade e previsibilidade do contrato, permitindo o planejamento adequado de deslocamentos aéreos de servidores, convidados e colaboradores eventuais.

1.5. Considerando tratar-se de serviço de natureza continuada, sem dedicação exclusiva de mão de obra, e que se reveste de caráter essencial para a manutenção das atividades institucionais da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, a presente contratação será firmada com vigência inicial de 12 (doze) meses, prorrogável sucessivamente até o limite de 120 (cento e vinte) meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que observados os seguintes requisitos legais:

1.5.1. Vantagem econômica: A adoção da vigência plurianual visa garantir maior estabilidade na prestação dos serviços, previsibilidade contratual e redução de custos administrativos decorrentes da dispensa de sucessivas licitações. Além disso, permite o adequado planejamento dos deslocamentos institucionais, evitando riscos de descontinuidade e mitigando impactos nas atividades acadêmicas e administrativas da Universidade. Essa configuração contratual demonstra-se a mais vantajosa para a Administração, considerando os custos, a eficiência e a continuidade dos serviços prestados.

1.5.2. Verificação anual de créditos e da vantagem da manutenção: A cada exercício financeiro, caberá à Administração atestar formalmente a existência de créditos orçamentários suficientes para a execução do contrato, bem como a permanência da vantagem econômica na sua continuidade, nos termos do inciso II do art. 106 da Lei nº 14.133/2021. Este procedimento será formalizado nos autos do processo, previamente à emissão da nota de empenho do respectivo exercício.

1.5.3. Possibilidade de extinção sem ônus: Na hipótese de inexistência de créditos orçamentários suficientes ou se restar demonstrado que a manutenção do contrato não atende mais ao interesse público ou não apresenta vantagem para a Administração, esta poderá extinguir o contrato, sem ônus, a qualquer tempo, conforme previsto no inciso III do art. 106 da Lei nº 14.133/2021, sem que disso decorra qualquer direito à indenização ou compensação por parte da contratada.



## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: [11806275000133-0-000001/2025];
- II) Data de publicação no PNCP: [09/07/2024];
- III) Id do item no PCA: [...]; ainda não disponível
- IV) Classe/Grupo: [SERVIÇOS DE TRANSPORTE AÉREO DE PASSAGEIROS];
- V) Identificador da Futura Contratação: [158658-69/2025];

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A CONTRATADA deverá prezar pela promoção do desenvolvimento sustentável, incorporando os princípios e métodos de sustentabilidade, especialmente aqueles definidos no artigo 4º do decreto 7.746 /2012, considerando as seguintes características:

a) Eficiência energética: Utilização racional e econômica de energia, visando minimizar o consumo e o desperdício, por meio da adoção de tecnologias e práticas que promovam a redução do consumo de energia;

b) Conservação de recursos naturais: Utilização responsável e sustentável dos recursos naturais, visando à preservação e à utilização racional dos mesmos, evitando o seu esgotamento e degradando o mínimo possível o meio ambiente;

c) Gestão de resíduos: Implementação de práticas para minimizar a geração de resíduos e promover a sua correta separação, reutilização, reciclagem e destinação final ambientalmente adequada, visando à redução dos impactos ambientais;

d) Desenvolvimento local e regional: Contribuição para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais e regionais onde as atividades da CONTRATADA serão realizadas, estimulando a geração de emprego e renda, a inclusão social e o fortalecimento das economias locais;

e) Inclusão social: Adoção de práticas que promovam a inclusão social e a igualdade de oportunidades, respeitando a diversidade e combatendo a discriminação, de modo a garantir a participação equitativa de diferentes grupos sociais nos benefícios gerados pelo contrato;

f)Acessibilidade: Consideração das necessidades de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, de modo a promover o acesso igualitário aos serviços e espaços oferecidos, garantindo a sua participação plena e efetiva.

### **Indicação de marcas ou modelos**

4.2. Por se tratar da contratação de serviços de agenciamento de viagens, não há aquisição de bens ou equipamentos que exijam a indicação de marcas ou modelos. Assim, este item não se aplica ao objeto contratado.

### **Subcontratação**

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões a seguir:

4.6. A decisão de não exigir garantia contratual da execução é fundamentada em princípios essenciais para a eficiência e competitividade do processo licitatório. Ao evitar a imposição de ônus financeiros nas propostas apresentadas, a Administração busca preservar a economicidade, promovendo uma distribuição equitativa dos custos entre as partes contratantes. Além disso, ao não impor a exigência de garantia, amplia-se o universo de interessados, favorecendo a livre concorrência e estimulando a participação de empresas de diversos portes e segmentos. Essa medida contribui para a obtenção de propostas mais vantajosas e para o fortalecimento de um ambiente competitivo saudável, em conformidade com os princípios norteadores da contratação pública.

### **Vistoria**

4.7. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

### **Instalação de escritório**

4.8. A instalação de escritório na localidade não é necessária, tendo em vista que o objeto da contratação refere-se à prestação de serviços de agenciamento de passagens aéreas e serviços correlatos, os quais serão executados por meio de sistemas informatizados e canais de comunicação remota. Conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar (ETP), a empresa contratada deverá disponibilizar os meios tecnológicos e de atendimento especificados, podendo operar a partir de qualquer localidade, sem prejuízo à execução do serviço.

### **Margem de Preferência**

4.9. A aplicação de margem de preferência não se aplica à presente contratação, por tratar-se de serviço de agenciamento de viagens e não de aquisição de bens manufaturados nacionais.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

5.1. O modelo de execução do objeto em questão está devidamente descrito no Estudo Técnico Preliminar, especificamente no item 4 intitulado "Descrição dos Requisitos da Contratação". Este documento abrange uma

ampla gama de aspectos, detalhando a estrutura de atendimento, os requisitos dos sistemas envolvidos e os demais procedimentos relacionados à adequada execução dos serviços. Todos esses elementos estão detalhados, garantindo a compreensão clara e abrangente do processo de execução.

### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. Os serviços deverão ser prestados de forma remota, por meio de sistemas informatizados, correio eletrônico, telefone e demais meios digitais disponibilizados pela contratada. O atendimento deverá ocorrer em dias úteis, durante o horário comercial (das 08h às 18h, horário de Brasília), conforme necessidade da contratante. Eventuais demandas urgentes ou fora do horário comercial deverão ser atendidas por plantão ou canal de atendimento emergencial, conforme estipulado em contrato.

5.3. Informações complementares sobre a prestação dos serviços encontram-se no item 4 – Descrição dos Requisitos da Contratação, constante do Estudo Técnico Preliminar.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de vigência do contrato.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

- 6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

### **Fiscalização Administrativa**

- 6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

### **Gestor do Contrato**

- 6.20. Cabe ao gestor do contrato:

- 6.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto nesta seção:

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

### Do recebimento

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 3 (três) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.4. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal, devendo a empresa contratada encaminhar, até o quinto dia útil de cada mês, a fatura correspondente aos serviços de agenciamento prestados no mês anterior, conforme as emissões efetivamente realizadas.

7.9. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.8.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.11. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de e 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.16.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.16.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.16.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.16.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.16.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A7]

7.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.20. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.21. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.22. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.23. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.24. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.25. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.25.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.25.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.26. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.27. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.28. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.29. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.30. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.31. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.32. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.33. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.34. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.34.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A9]

7.35. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**Antecipação de pagamento**

7.36. Não haverá antecipação de pagamento. O pagamento será realizado somente após a execução do serviço, conforme as condições estabelecidas no contrato e mediante apresentação da fatura e demais documentos exigidos.

**Repactuação**

7.37 Não se aplica a repactuação, uma vez que o objeto contratado não envolve a alocação de mão de obra em regime de dedicação exclusiva. Eventuais alterações nos valores contratuais poderão ser analisadas sob a ótica da revisão de preços

**Reajuste**

7.38. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais datadas de 23/05/2025.

7.39. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.40. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.41. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.42. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.43. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.44. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.45. O reajuste será realizado por apostilamento.

**Cessão de Crédito**

7.46. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.46.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.46.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.46.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.



7.46.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A29]

7.47. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0.65% (zero vírgula sessenta e cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.1.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "a", de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **XX (xxxxx)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade , PREGÃO sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO.

9.2. Considerando os itens objetos da licitação, o fornecedor deve estar ciente de que o desconto ofertado deverá incidir sobre o valor da TARIFA de cada bilhete emitido, tanto para voos nacionais quanto internacionais, bem como sobre o valor de cada seguro viagem vendido.

### Regime de Execução

9.3. *O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário, justificado pela dificuldade em determinar com precisão o valor a ser executado em períodos específicos. Essa modalidade se mostra adequada para a contratação, uma vez que possibilita o pagamento de acordo com a demanda efetivamente executada.*

### Critérios de aceitabilidade de preços

9.4. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.4.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 10 deste Termo de Referência.

### Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

9.6. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.15. Ato de autorização para o exercício da atividade de serviços de turismo – Agência de viagens, expedido pelo Ministério do Turismo, nos termos do art. 21, 22 e 27. §3º. Inciso I, da LEI Nº 11.771, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008 e PORTARIA MTUR Nº 38, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2021.

9.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.22. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.25. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.26. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.27. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.28. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.32. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### Qualificação Técnica

9.33. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.33.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.34. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente para a prestação de serviços de turismo – Agência de viagens, expedido pelo Ministério do Turismo, em plena validade.

### **Qualificação Técnico-Operacional**

9.35. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.35.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.35.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.35.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.35.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.35.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.36. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.37. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### **Qualificação Técnico-Profissional**

9.38. Tendo em vista a natureza do objeto contratado – serviços de agenciamento de viagens –, não se exige qualificação técnico-profissional individual dos empregados da contratada. No entanto, a empresa deverá comprovar sua aptidão para o desempenho da atividade, nos termos dos requisitos já estabelecidos nos itens anteriores deste Termo de Referência.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.39. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.40. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.41. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.42. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.43. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

#### Documentação complementar para cooperativas

9.44. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.44.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.44.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.44.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.44.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.44.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.44.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.44.6.1. ata de fundação;

9.44.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.44.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.44.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.44.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.44.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.44.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, é de R\$ 2.500.001,70 (Dois milhões, quinhentos mil, um real e setenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	Prestação do serviço de agenciamento para emissão de passagem aérea nacional (transporte de pessoal).				

1	O serviço compreende, assessoria, cotação, reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento de bilhete aéreo e repasse de valores dos bilhetes nacionais.	Unidade	2352	R\$ 784,10	R\$ 1.844.203,20
2	Prestação do serviço de agenciamento para emissão de passagem aérea internacional (transporte de pessoal). O serviço compreende, assessoria, cotação, reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento de bilhete aéreo e repasse de valores dos bilhetes internacionais.	Unidade	225	R\$ 2.514,66	R\$ 565.798,50
3	Prestação do serviço de agenciamento para emissão, alteração, cancelamento de seguro viagem internacional e repasse de valores dos seguros viagens internacionais	Unidade	600	R\$ 150,00	R\$ 90.000,00
				<b>Total</b>	<b>R\$ 2.500.001,70</b>

10.2. O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde ao valor total estimado para cada item, sendo os seguintes:

Item 01 - R\$ 1.844.203,20 (um milhão, oitocentos e quarenta e quatro mil, duzentos e três reais e vinte centavos)

Item 02 - R\$ 565.798,50 (quinhentos e sessenta e cinco mil, setecentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos)

Item 03 - R\$ 90.000,00 (noventa mil reais)

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: [PROAGI];

II) Fonte de recursos: [1000.000000];

III) Programa de trabalho: [231909];

IV) Elemento de despesa: [339033]; e

V) Plano interno: [MC002G01ADN].

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

### 1. DISPOSIÇÕES FINAIS

1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.



**13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato  
(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021,  
Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)**

**14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

**ANEXO II**

**TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital OU Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

---

(Nome e Cargo do Representante Legal)

**15. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**FLAVIO RANIERI DOS SANTOS**

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 23/06/2025 às 14:04:21.

# Estudo Técnico Preliminar 54/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23422.010725/2025-15

## 2. Descrição da necessidade

A contratação de empresa especializada em serviços de agenciamento de viagens é necessária para assegurar a continuidade das atividades institucionais da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, especialmente no que se refere à emissão de passagens aéreas para servidores em missão oficial. Tais deslocamentos visam à participação em seminários, congressos, reuniões, treinamentos, cursos e demais eventos de interesse da Universidade. A contratação também viabiliza o atendimento a convidados e colaboradores eventuais que atuarão em bancas examinadoras, palestras e outras atividades institucionais. A opção pelo transporte aéreo justifica-se pela maior agilidade, segurança e melhor relação custo-benefício, considerando a natureza e a urgência das atividades envolvidas.

O serviço de agenciamento de viagens a ser contratado caracteriza-se como um serviço comum, conforme previsto na legislação vigente, uma vez que envolve atividades rotineiras e padronizadas de emissão de passagens, não demandando especificações técnicas complexas ou customizadas, o que possibilita a contratação por meio de modalidade simplificada, garantindo maior eficiência e economicidade ao processo.

Inicialmente, a intenção da administração era proceder com a primeira prorrogação do contrato atualmente vigente (07/2024), cuja vigência se encerra em 06/06/2025. O processo de solicitação de prorrogação foi iniciado em 04/04/2025, já com manifestação favorável da contratada quanto ao interesse em prorrogar. Contudo, durante as análises do processo, foi identificada, em 28/04/2025, uma pendência da empresa contratada junto ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), o que inviabiliza a prorrogação contratual ou nova contratação da referida empresa enquanto perdurar a restrição.

Apesar de, inicialmente, a empresa ter indicado que regularizaria a situação em tempo hábil, a pendência permaneceu sem resolução. Considerando a proximidade do encerramento da vigência do contrato atual e o risco de descontinuidade na prestação do serviço, tornou-se necessária, com urgência, a abertura de novo processo licitatório para contratação de empresa apta a prestar os serviços de agenciamento de viagens, garantindo a continuidade das ações institucionais da Universidade.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
PRÓPRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO E INFRAESTRUTURA	Diogo André Bastian

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

### CONDIÇÕES GERAIS

A Contratada deverá estar apta a iniciar a prestação dos serviços após a assinatura do contrato.

As solicitações de serviços serão registradas no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) pelo CONTRATANTE e direcionadas à CONTRATADA, que acessará por meio de perfil exclusivo para visualizá-las e atendê-las.

### ESTRUTURA DE ATENDIMENTO

A Contratada deverá disponibilizar estrutura remota de TIC e pessoal qualitativa e quantitativamente adequados para execução dos serviços especificados, denominada de CENTRAL DE ATENDIMENTO, cuja instalação física poderá ser em qualquer unidade da federação.

A CONTRATADA deverá indicar PRESPOSTO incumbido de prestar as informações e adotar as providências requeridas pelo Gestor do Contrato.

A Central de Atendimento deverá dispor dos canais de comunicação, entre os que seguem: whatsapp, telefone (fixo ou celular) e e-mail.

A CONTRATADA deverá manter à disposição da UNILA, de segunda a sexta-feira, em horário compreendido entre 08:00h e 18:00h, horário de Brasília/DF, funcionários em quantidade suficiente para atender prontamente as requisições de cotações, reservas e emissões de passagens aéreas e serviços correlatos.

A CONTRATADA deverá indicar funcionário que poderá atender os casos excepcionais e urgentes fora do horário de expediente, inclusive nos finais de semana e feriados.

As interrupções programadas dos atendimentos pelos canais de comunicação deverão ser comunicadas à CONTRATANTE com antecedência mínima de 3 (três) dias.

O atendimento, através da Central de Atendimento deverá ser precedido de procedimentos de identificação dos servidores autorizados a utilizar os serviços contratados, mediante confirmação de alguns de seus dados pessoais.

O Credenciamento de servidores autorizados à requererem os serviços da CONTRATADA será solicitado pelo Gestor do Contrato, na forma previamente definida entre as partes, mediante o envio dos devidos dados pessoais de identificação.

## REQUISITOS DOS SISTEMAS

A CONTRATADA deverá fornecer ferramenta online de autoagendamento (Self-Booking) para atender as necessidades da UNILA, com capacidade mínima de 50 (cinquenta) usuários cadastrados.

A ferramenta online (self-booking), deverá ter o acesso disponibilizado pela CONTRATADA e permitir aos usuários autorizados, por meio de acesso com login e senha, realizar operações para visualização, em tempo real, das vagas disponíveis no trecho pesquisado, possibilitando realizar cotação e reserva, de passagens aéreas nacionais e internacionais, observadas as seguintes funcionalidades mínimas:

- a) execução de reserva automatizada, “on-line” e emissão de seu comprovante, contendo LOCALIZADOR, data e hora de validade da reserva e demais dados contidos na cotação, visando à necessária aprovação;
- b) consulta e informação de melhor rota ou percurso, “on-line”, com as informações de companhia aérea, duração do voo, número do voo, quantidade e duração das escalas/conexões, se houver, datas e horários do voo e aeroportos utilizados, valor da tarifa e taxa de embarque;
- c) consulta e frequência de voos, “on-line”;
- d) consulta à menor tarifa disponível, “on-line”;
- e) impressão de consultas formuladas;
- f) combinação de tarifa.

A solicitação de cotação, reserva e emissão do seguro viagem, poderá ser realizada via e-mail, caso o sistema de autoagendamento (Self-Booking), não disponibilize a opção do serviço, devendo constar no mínimo 3 (três) cotações junto às seguradoras, para aprovação do custo e autorização da emissão.

A Solução Eletrônica não deve possuir funcionalidade de mark-up de tarifas.

A CONTRATANTE poderá efetuar auditorias periódicas visando identificar possíveis cobranças indevidas e aplicações de comissões e mark-ups nas passagens aéreas.

A CONTRATADA está obrigada, ainda, a prestar, quando solicitado, as informações aos gestores do Contrato a respeito da utilização do sistema de autoagendamento (self-booking).

A CONTRATADA deverá apresentar, durante a fase de Julgamento da Proposta, declaração de que disponibilizará ferramenta de autoagendamento (self-booking).

A CONTRATADA deverá repassar integralmente todos os descontos promocionais de tarifas reduzidas, concedidos pelas companhias aéreas.

As reservas de BILHETE DE PASSAGEM tanto da nacional quanto da internacional deve ter o prazo mínimo de 24h para expirar, ressaltando os casos em que as CIA aéreas possuem como determinação tempo menor.

Emissão: será realizada pela CONTRATADA, com base nas informações da reserva, e somente após inclusão dos dados da reserva no SCDP, salvo casos de indisponibilidade do sistema e mediante autorização do gestor do contrato ou servidor previamente indicado.

Havendo cancelamento em virtude da expiração do prazo da reserva e caso não seja possível reativá-la nos mesmos valores, o procedimento visando à emissão será reiniciado.

### **ALTERAÇÃO, REEMBOLSO E CANCELAMENTO DE BILHETES**

Alteração de Bilhete de Passagem: Consiste na modificação do voo por interesse da CONTRATANTE.

A alteração de BILHETE DE PASSAGEM deve ser precedida de nova cotação e reserva, visando subsidiar a decisão sobre a alteração ou cancelamento seguido de nova emissão ou que for mais vantajoso para o CONTRATANTE.

As alterações de BILHETES DE PASSAGEM serão discriminadas por trecho.

A alteração dependerá da disponibilidade de assentos e poderá ensejar em aplicação de multas e eventuais diferenças tarifárias estabelecidas pela companhia aérea.

Imediatamente após a alteração que resulte em crédito, situação na qual o valor do BILHETE DE PASSAGEM original é superior à soma da multa e da diferença tarifária, a CONTRATADA deverá requerer, imediata e formalmente, o reembolso dos valores aos quais a CONTRATANTE tem direito, para que seja efetuada a glosa do valor em fatura, mediante apresentação de nota crédito e comprovante das companhias aéreas, discriminadas por UNIDADE SOLICITANTE, do sistema SCDP.

A CONTRATANTE efetuará a conferência das informações e a consequente glosa do valor a que tem direito, no momento em que for viável e possível, levando em consideração o valor da fatura e o tempo necessário para o término da conferência.

Cancelamento de Bilhete de Passagem: O cancelamento do bilhete será, em regra, realizado pelo servidor da CONTRATANTE por meio do SCDP, por e-mail ou telefone, com base nas informações do BILHETE DE PASSAGEM emitido.

Após o recebimento da informação acima, a CONTRATADA deve efetuar o cancelamento do BILHETE DE PASSAGEM, no prazo máximo de 1 (uma) hora, objetivando a isenção da cobrança de taxa de NO-SHOW, quando possível, de acordo com as regras da companhia aérea.

Todas as solicitações de cancelamento devem constar no relatório para controle dos BILHETES DE PASSAGEM passíveis de reembolso.

Nos casos de cancelamento de BILHETE DE PASSAGEM, a CONTRATADA fica obrigada a informar a CONTRATANTE se houve ou não direito ao reembolso, qual o valor a ser reembolsado, bem como o valor da tarifa de embarque.

### **CANCELAMENTO ORIGINADO DE DEMANDA DE ALTERAÇÃO:**

a) Ocorre quando, analisadas as cotações, a UNIDADE SOLICITANTE verifica que há melhor relação custo x benefício na nova emissão e não na alteração do BILHETE DE PASSAGEM;

b) quando inexistir voos que permitam a alteração do BILHETE DE PASSAGEM já emitido.

Para as situações do subitem anterior, a CONTRATADA deve efetuar o cancelamento do BILHETE DE PASSAGEM e iniciar o processo de emissão, cabendo nesse caso cobrança de remuneração pela nova emissão.

A solicitação de cancelamento será realizada com base nas informações do BILHETE DE PASSAGEM emitido.

Quando houver cancelamento do BILHETE DE PASSAGEM por parte da CIA aérea, a CONTRATADA fica obrigada a informar imediatamente a CONTRATANTE, através dos meios de comunicação: whatsapp, e-mail, telefone, etc.

Nos casos que houver cancelamento de BILHETE DE PASSAGEM, por parte da CIA aérea, a CONTRATADA além de informar a situação a CONTRATANTE, deve apresentar, se possível, uma solução viável pelo transtorno gerado, seja a remarcação do voo ou a emissão de novo BILHETE DE PASSAGEM.

Nos casos de cancelamento de BILHETE DE PASSAGEM, a CONTRATADA fica obrigada a informar a CONTRATANTE se houve ou não direito ao reembolso, qual o valor a ser reembolsado, bem como o valor da tarifa de embarque.

Reembolso: Imediatamente após o cancelamento, a CONTRATADA deverá requerer, junto à companhia aérea, o reembolso dos créditos provenientes da passagem cancelada. Isso representa, no mínimo, o valor da taxa de embarque.

A CONTRATADA deve adotar as medidas necessárias para a efetivação do reembolso tão logo lhe seja solicitado o cancelamento do BILHETE DE PASSAGEM ou quando da ocorrência de NO-SHOW.

O reembolso do BILHETE DE PASSAGEM se dará por intermédio de glosa do valor em fatura, mediante apresentação de nota crédito e detalhamento das regras aplicadas pela companhia aérea.

A CONTRATADA deve gerar relatório mensal de todos os BILHETES DE PASSAGEM cancelados, alterados, não utilizados e /ou reembolsados. O relatório deve ser apresentado juntamente com os respectivos comprovantes emitidos pelas companhias aéreas, contendo no mínimo:

- a) Unidade solicitante;
- b) Dados do BILHETE DE PASSAGEM: nome do passageiro, origem/destino, data do voo;
- c) valor pago;
- d) valor da multa;
- e) valor do crédito.

A CONTRATANTE efetuará a conferência das informações e a consequente glosa do valor a que tem direito, no momento em que for viável e possível, levando em consideração o valor da fatura e o tempo necessário para o término da conferência.

O reembolso obedecerá às eventuais restrições constantes das condições de sua aplicação, inclusive prazo de reembolso, taxa administrativa e outras penalidades.

O prazo para reembolso não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias contados da data da solicitação.

O pedido de reembolso pela CONTRATADA junto às Companhias Aéreas é uma obrigação decorrente do cancelamento e alteração dos Bilhetes de Passagem, não sendo devida nova remuneração para esse serviço.

#### **QUANTO A EXECUÇÃO NO SCDP (Sistema de Concessão de Diárias e Passagens):**

As solicitações de serviços serão registradas no SCDP (Sistema de Concessão de Diárias e Passagens) pelo CONTRATANTE e direcionadas à CONTRATADA, que acessará por meio de perfil exclusivo para visualizá-las e atendê-las.

Excepcionalmente, em decorrência de fato que o justifique, como, por exemplo, instabilidade do SCDP e urgência da viagem, os serviços poderão ser demandados, por servidor credenciado, através de canais de comunicação disponibilizados pela CONTRATADA denominados.

Executado o atendimento fora do sistema, a CONTRATANTE deverá adotar as providências necessárias à regularização da solicitação no SCDP, registrando os dados obrigatórios e anexando os documentos correspondentes, especialmente relativos ao BILHETE DE PASSAGEM emitido, inclusive a cotação realizada pela CONTRATADA.

Para recepção das solicitações registradas no SCDP, a CONTRATADA receberá LOGIN e SENHA de acesso a módulo específico do sistema, possibilitando a visualização das solicitações pendentes.

#### **PRAZOS DE EXECUÇÃO:**

A tabela seguinte apresenta os prazos máximos para execução dos serviços pela CONTRATADA:

ATIVIDADE	PRAZO MÁXIMO
Cotação voo nacional e internacional	1 hora
Reserva voo nacional e internacional	1 hora
Cotação de seguro viagem (internacional)	1 hora
Emissão voo nacional e internacional	2 horas
Emissão de seguro viagem (internacional)	2 horas
Alteração de bilhete voo nacional e internacional	2 horas
Cancelamento de bilhete voo nacional e internacional	2 horas

5. Levantamento de Mercado

Após consulta ao Sistema de pesquisa de preços do Governo Federal, constatou-se que a prática comum em várias organizações tem sido a realização de licitações para a contratação de empresas especializadas em agenciamento e emissão de passagens aéreas nacionais e internacionais, utilizando o critério de menor preço como base para a seleção, conforme relatório de pesquisa de preços emitido em 23/05/2025 (ANEXO I).

Durante esses processos licitatórios, observou-se que as agências de viagens frequentemente apresentam propostas com valores extremamente baixos, como R\$ 0,01, para a prestação dos serviços de agenciamento.

Tendo em vista a diversidade de empresas incluindo lances abaixo de R\$ 0,01, constata-se a incapacidade de verificar a concorrência, visto que diversas empresas podem enviar o menor lance possível no momento da licitação. Frente a essa questão, vislumbrou-se a melhor forma de executar a licitação: estabelecer o critério de MAIOR DESCONTO sobre o valor global dos serviços a serem contratados.

Nesse ponto, é importante ressaltar que o fornecedor deve estar ciente de que o desconto ofertado deverá incidir sobre o valor da TARIFA de cada bilhete emitido, tanto para voos nacionais quanto internacionais, bem como sobre o valor de cada seguro viagem vendido.

6. Descrição da solução como um todo

A solução almejada para satisfazer as necessidades da UNILA compreende a celebração de um contrato de agenciamento de viagens, abarcando a prestação de serviços de emissão de passagens aéreas nacionais e internacionais, bem como a disponibilização de serviços complementares, a exemplo do seguro viagem.

Conforme estabelecido pela IN SLTI nº 03/2015, o agenciamento de viagem é definido como um serviço prestado por agência de turismo, abrangendo a venda comissionada ou a intermediação remunerada na comercialização de passagens, viagens e serviços afins, nos termos estipulados no edital.

Dessa maneira, visando atender às demandas públicas de forma contínua e assegurar o funcionamento das atividades essenciais da instituição, a solução em sua totalidade engloba a contratação de serviços de agenciamento de passagens aéreas nacionais e internacionais, e serviços correlatos distribuídos nos seguintes itens:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE
-------	------	--------------------------

1	1	Prestação do serviço de agenciamento para emissão de passagem aérea nacional (transporte de pessoal). O serviço compreende, assessoria, cotação, reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento de bilhete aéreo e repasse de valores dos bilhetes nacionais.
	2	Prestação do serviço de agenciamento para emissão de passagem aérea internacional (transporte de pessoal). O serviço compreende, assessoria, cotação, reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento de bilhete aéreo e repasse de valores dos bilhetes internacionais.
	3	Prestação do serviço de agenciamento para emissão, alteração, cancelamento de seguro viagem internacional e repasse de valores dos seguros viagens internacionais

A opção por contratar todos os itens mencionados em um único grupo justifica-se pela necessidade de preservar a integridade qualitativa do objeto licitado, evitando potenciais descontinuidades na padronização, complicações gerenciais e aumentos de custos.

Ademais, essa modalidade de contratação visa alcançar uma solução completa, buscando reduzir custos e assegurar um atendimento eficiente e de qualidade. Além disso, permite um acompanhamento mais simplificado ao longo de todo o processo de prestação de serviços, algo que seria dificultado caso diversos prestadores fossem envolvidos.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades a serem contratadas teve como base as informações consolidadas na Programação Orçamentária Anual da UNILA para o exercício de 2025, conforme levantamento da Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças (PROPLAN), enviada por meio do Ofício nº 129/2025/PROPLAN, em atendimento à solicitação encaminhada pela PROAGI por meio do Ofício nº 85/2025/PROAGI. Segundo os dados fornecidos, o orçamento previsto para despesas com passagens aéreas, nacionais e internacionais, distribuído entre as diversas macrounidades da Universidade, totaliza a estimativa de R\$ 1.935.000,00, conforme tabela abaixo:

Macrounidade	Valor Previsto (R\$)
GABINETE	180.000,00
PROPLAN	35.000,00
PROAGI	35.000,00
PRU	20.000,00
PROGRAD	110.000,00
PRPPG	60.000,00
PROEX	20.000,00
PRAE	25.000,00
PROINT	80.000,00
PROGEPE	200.000,00
SACT	5.000,00
SECOM	15.000,00
SECAFE	10.000,00
ILAACH	190.000,00
ILACVN	110.000,00
ILAESP	170.000,00
ILATIT	170.000,00
Receitas Próprias (convênios, TED, parcerias)	500.000,00
<b>Total Geral</b>	<b>1.935.000,00</b>

Este valor considera, além das dotações originalmente previstas para viagens, a possibilidade de ampliação da demanda ao longo do exercício, por meio de remanejamentos internos e externos, bem como da celebração de novos acordos, convênios e parcerias institucionais.

A experiência da contratação anterior, formalizada por meio do Contrato nº 07/2024, demonstrou que a metodologia adotada, baseada exclusivamente nas previsões constantes na Programação Orçamentária Anual, revelou-se insuficiente para abarcar a real demanda institucional. A ausência de uma previsão mais abrangente, que contemplasse também recursos oriundos de convênios, parcerias e outras fontes extraordinárias, foi possivelmente um fator limitante. Com apenas oito meses de vigência, tornou-se necessário um aditivo contratual de 25% do valor global, além da imposição de restrições administrativas aos afastamentos, para evitar o esgotamento precoce do saldo contratual.

Dessa forma, a estimativa atual apresentada pela PROPLAN já reflete um esforço institucional no sentido de ampliar o escopo do levantamento orçamentário, buscando evitar a repetição dos equívocos metodológicos observados anteriormente. Ainda assim, é importante destacar que, mesmo com uma previsão mais realista e abrangente, permanece justificada a adoção de uma margem de segurança na composição do valor global da nova contratação.

Tal necessidade decorre, sobretudo, da elevada volatilidade dos preços das passagens aéreas, item central da contratação, que podem sofrer variações abruptas ao longo do exercício, impactando diretamente os custos do serviço. Soma-se a isso a tendência de crescimento da demanda institucional nos últimos exercícios, o que reforça a importância de assegurar um orçamento que permita a prestação contínua e adequada dos serviços, sem interrupções ou restrições administrativas. Tais restrições impactam significativamente as atividades institucionais e, em muitos casos, geram prejuízos irreversíveis, uma vez que a limitação de afastamentos compromete a execução de ações estratégicas cujo valor acadêmico, científico ou institucional não pode ser plenamente mensurado em termos numéricos.

Nesse contexto, propõe-se que o valor global da nova contratação seja estimado em R\$ 2.500.000,00, de modo a garantir maior robustez contratual e previsibilidade orçamentária, compatíveis com a complexidade e a variabilidade inerentes às atividades da Universidade.

Com base no disposto, elaborou-se uma tabela que contempla as estimativas de quantidade e valor dos serviços a serem contratados, conforme segue:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Prestação do serviço de agenciamento para emissão de passagem aérea nacional (transporte de pessoal). O serviço compreende, assessoria, cotação, reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento de bilhete aéreo e repasse de valores dos bilhetes nacionais.	Unidade	2352	R\$ 784,10	R\$ 1.844.203,20
2	Prestação do serviço de agenciamento para emissão de passagem aérea internacional (transporte de pessoal). O serviço compreende, assessoria, cotação, reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento de bilhete aéreo e repasse de valores dos bilhetes internacionais.	Unidade	225	R\$ 2.514,66	R\$ 565.798,50
3	Prestação do serviço de agenciamento para emissão, alteração, cancelamento de seguro viagem internacional e repasse de valores dos seguros viagens internacionais	Unidade	600	R\$ 150,00	R\$ 90.000,00
				<b>Total</b>	<b>R\$ 2.500.001,70</b>

Para calcular os valores unitários dos serviços, foi realizada uma consulta ao Painel de Viagens do Ministério da Economia, identificando a mediana dos valores de passagens nacionais e internacionais (ANEXO II). Optou-se pela mediana, em vez da média, por se tratar de um indicador mais robusto frente à presença de valores extremos (outliers), comuns nesse tipo de despesa, como passagens adquiridas em períodos de alta demanda ou com pouca antecedência, que podem distorcer significativamente o valor médio. A mediana, portanto, reflete de forma mais fidedigna o comportamento típico dos preços praticados.



Adicionalmente, considerou-se 50% do valor da mediana, tendo em vista que algumas viagens resultam em emissões separadas quando os bilhetes de ida e volta não são adquiridos juntos ou pela mesma companhia aérea. Essa escolha visa evitar o esgotamento prematuro do quantitativo unitário estimado, permitindo que cada emissão de bilhete (ida ou volta) seja contabilizada individualmente, de forma mais compatível com a realidade operacional da administração.

Quanto aos valores do seguro viagem, a tabela a seguir reúne os preços efetivamente praticados nas últimas aquisições realizadas pela UNILA, conforme registrado nas faturas nº 11592 e 12126 (ANEXO III) do contrato vigente:

Nº	TARIFA (R\$)
1	127,16
2	167,62
3	207,72
4	207,72
5	126,94
6	192,44
7	192,44
8	192,44
9	120,56
10	78,36

Com base nos dados históricos, observa-se uma média de R\$ 161,34 por seguro emitido, considerando os valores praticados nas últimas aquisições pela UNILA. Os preços variam conforme o destino e duração da viagem.

Tendo em vista que a UNILA está situada em região de fronteira, é importante considerar a possibilidade de ocorrência de deslocamentos internacionais de curta duração, para países vizinhos. Embora os registros mais recentes apresentem, em sua maioria, valores de seguro viagem superiores a R\$ 150,00, é razoável supor que afastamentos mais breves e com menor necessidade de cobertura possam resultar em contratações com valores inferiores.

Dessa forma, a definição de um valor unitário muito elevado pode reduzir o número de unidades disponíveis para contratação, podendo comprometer a execução de atividades em virtude de esgotamento do item. A adoção de um valor mais conservador contribui para ampliar a quantidade estimada de seguros a serem contratados, proporcionando maior flexibilidade e aderência à realidade operacional da Universidade. Por esse motivo, propõe-se a fixação do valor unitário de R\$ 150,00 para o seguro viagem. O valor sugerido se mantém compatível com os preços historicamente praticados, e contribui para ampliar a quantidade de unidades contratadas dentro do orçamento disponível, assegurando maior eficiência na execução do contrato.

Adicionalmente, ressalta-se que o número de emissões de seguro pode ser superior ao número de passagens internacionais, uma vez que parte dos deslocamentos ocorre por via terrestre, sem a necessidade de bilhetes aéreos. Essa situação é comum na região trinacional onde a Universidade está inserida, sendo essencial garantir a disponibilidade de seguro para todos os afastamentos internacionais, independentemente do meio de transporte utilizado.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 2.500.001,70

Considerando as informações destacadas no item anterior, a estimativa do valor da contratação é de R\$ 2.500.001,70 (Dois milhões, quinhentos mil, um real e setenta centavos). Segue tabela com o detalhamento dos valores:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Prestação do serviço de agenciamento para emissão de passagem aérea nacional (transporte de pessoal). O serviço compreende, assessoria, cotação, reserva, emissão, marcação,	Unidade	2352	R\$ 784,10	R\$ 1.844.203,20

	remarcação, cancelamento de bilhete aéreo e repasse de valores dos bilhetes nacionais.				
2	Prestação do serviço de agenciamento para emissão de passagem aérea internacional (transporte de pessoal). O serviço compreende, assessoria, cotação, reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento de bilhete aéreo e repasse de valores dos bilhetes internacionais.	Unidade	225	R\$ 2.514,66	R\$ 565.798,50
3	Prestação do serviço de agenciamento para emissão, alteração, cancelamento de seguro viagem internacional e repasse de valores dos seguros viagens internacionais	Unidade	600	R\$ 150,00	R\$ 90.000,00
				<b>Total</b>	<b>R\$ 2.500.001,70</b>

O valor estimado para a presente contratação não indica qualquer compromisso futuro para a UNILA, razão pela qual não poderão ser exigidos nem considerados como quantidades e valores para pagamento mínimo, podendo sofrer alterações de acordo com as necessidades da UNILA, sem que isso justifique qualquer indenização à CONTRATADA

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Tecnicamente, não é viável contratar empresas distintas para que cada uma assuma a responsabilidade pelos serviços emissão, repasse de valores às companhias aéreas e alteração ou cancelamento dos bilhetes. Esses elementos são adquiridos simultaneamente, ou seja, a mesma empresa responsável pela reserva e emissão do bilhete é autorizada a efetuar alterações e, logicamente, repassar os custos devidos à companhia aérea. Portanto, a consolidação dos itens busca maximizar os ganhos por meio da economia de escala, em conformidade com a Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União (TCU).

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

No momento, está em vigor o Contrato nº 07/2024 celebrado entre a UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA e a empresa FIRST EVOLUTION VIAGENS E TURISMO LTDA, formalizado em junho de 2024, visando atender às necessidades da universidade no que diz respeito à aquisição de passagens aéreas e serviços correlatos.

Contudo, conforme indicado na descrição da necessidade, a empresa responsável pela execução do Contrato nº 07/2024 apresenta pendência junto ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), o que impede a prorrogação do contrato. Dessa forma, torna-se necessário realizar nova licitação para a contratação do serviço.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está em alinhamento com o Plano de Desenvolvimento Institucional da UNILA (2025-2029), com o objetivo institucional de viabilizar a inserção das ações de extensão na região da fronteira, bem como aproximar a Universidade dos principais atores locais e regionais, estando o serviço a ser contrato, previsto no Plano Anual de Contratações da UNILA, sob o item 136/2025 - Serviços de transporte aéreo de passageiros.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A Contratação pretende garantir a mobilidade eficiente e segura dos servidores e colaboradores em atividades institucionais relevantes.

## 13. Providências a serem Adotadas

Não há indícios de que sejam necessárias quaisquer medidas administrativas antes da celebração do contrato, uma vez que a equipe a ser designada para a gestão do contrato a ser realizado, já possui a capacidade técnica necessária devido à sua experiência prévia em contratos similares.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Não há possibilidade de impactos ambientais decorrente do serviço a ser contratado.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A equipe de planejamento considera viável a presente contratação, com base nas informações detalhadas no Estudo Técnico Preliminar.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**FLAVIO RANIERI DOS SANTOS**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 25/05/2025 às 15:51:59.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Pesquisa de preços.pdf (191.66 KB)
- Anexo II - Mediana Passagens.pdf (272.16 KB)
- Anexo III - Faturas SEGURO.pdf (901.38 KB)

# Relatório de pesquisa de preço

Relatório Detalhado

## Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
38/2025	158658	Concluída	FLAVIO RANIERI DOS SANTOS

**Título:** PRESTACAO DE SERVICOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS

**Observações:**

**Total de itens cotados:** 1      **Valor total da pesquisa de preços:** R\$ 0,0000

## Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade	
3719 - Prestação de serviços de agenciamento de viagens	UNIDADE	4000	
Consolidação dos preços cotados			
<div><div></div><div>Menor Preço</div></div>	<div><div></div><div>Média</div></div>	<div><div></div><div>Mediana</div></div>	<div><div></div><div>Coefficiente de Variação: 217,6471%</div></div>
<div><div></div><div>R\$ 0,0000</div></div>	<div><div></div><div>R\$ 0,0017</div></div>	<div><div></div><div>R\$ 0,0001</div></div>	<div><div></div><div>Desvio Padrão: 0,0037</div></div>
			<div><div></div><div>Maior Preço: R\$ 0,0100</div></div>
Método de cálculo adotado: Menor Preço			

Filtro Aplicado

**Período:** 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ - PA - Compras.gov.br	1180	UNIDADE	R\$ 0,0001	22/05/2025	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92787705900162025	22/05/2025	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de agenciamentode viagens, que compreende a reserva, emissão,marcação, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens aéreas em âmbito nacional, intermunicipais e interestaduais, por meio de atendimento remoto (e-mail e telefone) e através de agência para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, Proteção e Assuntos Comunitários SEASPAC
<b>Esfera</b>	<b>UASG</b>	<b>Forma</b>	<b>Modalidade</b>
Municipal	927877	SISRP	Pregão
<b>Fornecedor</b>			
MARABA VIAGENS E TURISMO LTDA			
<b>Índice e Valor</b>	<b>Ata</b>	<b>Editais</b>	<b>Compra</b>
-	<a href="#">Acesse a Ata</a>	<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens (TAXA DE SERVIÇO)

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	I	ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 193.200,0000	15/05/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
10212205900112025	15/05/2025	2	Objeto: Pregão Eletrônico - Serviços de agenciamento para busca, reserva, emissão, remissão, cancelamento e reembolso de passagens aéreas nacionais e internacionais, por meio de sistema online Web.
<b>Esfera</b>	<b>UASG</b>	<b>Forma</b>	<b>Modalidade</b>
Estadual	102122	SISPP	Pregão
<b>Fornecedor</b>			
I.L. BARRETO REPRESENTACOES LTDA			
<b>Índice e Valor</b>	<b>Ata</b>	<b>Editais</b>	<b>Compra</b>
-	-	<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Serviços de agenciamento para busca, reserva, emissão, remissão, cancelamentoe reembolso de passagens aéreas INTERNACIONAIS, por meio de sistema online Web, conforme especificações e condições constantes do Anexo Objeto do Contrato

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	I	ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 175.950,0000	15/05/2025	Não

<b>Id da Compra</b>	<b>Comprado em</b>	<b>N° do Item</b>	<b>Objeto da Compra</b>
10212205900112025	15/05/2025	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Serviços de agenciamento para busca, reserva, emissão, remissão, cancelamento e reembolso de passagens aéreas nacionais e internacionais, por meio de sistema online Web.
<b>Esfera</b>	<b>UASG</b>	<b>Forma</b>	<b>Modalidade</b>
Estadual	102122	SISPP	Pregão
<b>Fornecedor</b>			
I.L. BARRETO REPRESENTACOES LTDA			
<b>Índice e Valor</b>	<b>Ata</b>	<b>Edital</b>	<b>Compra</b>
-	-	<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>
<b>Critério Julgamento Item</b>			
Menor Preço			
<b>Descrição Detalhada</b>			
Serviços de agenciamento para busca, reserva, emissão, remissão, cancelamento e reembolso de passagens aéreas NACIONAIS, por meio de sistema online Web, conforme especificações e condições constantes do Anexo Objeto do Contrato			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
4	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - GO - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 77.880,0000	15/05/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92682905900172025	15/05/2025	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de agenciamento de viagens, sob demanda, compreendendo os serviços de emissão, pesquisa de preço, reserva, emissão, marcação, remarcação, endosso, cancelamentos e fornecimento de passagens aéreas e terrestres nacionais e internacionais, e emissão de seguro de assistência em viagem internacional.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	926829	SISPP	Pregão
Fornecedor			
L. A. VIAGENS E TURISMO LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>
Critério Julgamento Item			
Menor Preço			
Descrição Detalhada			
Prestação de serviço de agenciamento de viagens, sob demanda, compreendendo os serviços de emissão, pesquisa de preço, reserva, emissão, marcação, remarcação, endosso, cancelamentos e fornecimento de passagens aéreas e terrestres nacionais e internacionais, e emissão de seguro de assistência em viagem internacional.			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
5	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	1289	UNIDADE	R\$ 1.883,1310	15/05/2025	Não
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item	Objeto da Compra		
98205105960162025		15/05/2025		2	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de agenciamento de viagens, para atender as necessidades dos órgãos/entidades demandantes		
Esfera		UASG		Forma	Modalidade		
Estadual		982051		SISRP	Pregão		
Fornecedor		FUTURA AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA					
Índice e Valor		Ata		Edital	Compra		
-		<a href="#">Acesse a Ata</a>		<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>		
Critério Julgamento Item							
Maior Desconto							
Descrição Detalhada							
Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens - PASSAGENS AEREAS NACIONAIS(IDA E VOLTA) COM TAXA DE EMBARQUE. SERVICO DE AGENCIAMENTO DE PASSAGENS AEREAS NACIONAIS, COM FRANQUIA DE BAGAGEM DE 23KG E OUTROS SERVICOS CORRELATOS							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
6	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	240	UNIDADE	R\$ 5.054,3136	15/05/2025	Não
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
98205105960162025		15/05/2025		1		Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de agenciamento de viagens, para atender as necessidades dos órgãos/entidades demandantes	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Estadual		982051		SISRP		Pregão	
Fornecedor		FUTURA AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA					
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		<a href="#">Acesse a Ata</a>		<a href="#">Acesse o Edital</a>		<a href="#">Acesse a compra</a>	
Critério Julgamento Item							
Maior Desconto							
Descrição Detalhada							
Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens - PASSAGENS AEREAS INTERNACIONAIS (IDA E VOLTA) COM TAXA DE EMBARQUE. SERVICO DE AGENCIAMENTO DE PASSAGENSAEREAS INTERNACIONAIS, COM FRANQUIA DE BAGAGEM DE 23KG E OUTROS SERVICOS CORRELATOS.							



Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
7	I	ESP-UNIV EST PAULJULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	110	UNIDADE	R\$ 0,0001	14/05/2025	Sim
Id da Compra			Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra
10231205900032025			14/05/2025		2		Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para serviços de agenciamento de viagens
Esfera			UASG		Forma		Modalidade
Estadual			102312		SISRP		Pregão
Fornecedor							
FACTO TURISMO LTDA							
Índice e Valor			Ata		Edital		Compra
-			<a href="#">Acesse a Ata</a>		<a href="#">Acesse o Edital</a>		<a href="#">Acesse a compra</a>
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							
Descrição Detalhada							
Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens internacionais							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
8	I	ESP-UNIV EST PAULJULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	248	UNIDADE	R\$ 0,0001	14/05/2025	Sim
Id da Compra			Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra
10231205900032025			14/05/2025		1		Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para serviços de agenciamento de viagens
Esfera			UASG		Forma		Modalidade
Estadual			102312		SISRP		Pregão
Fornecedor							
FACTO TURISMO LTDA							
Índice e Valor			Ata		Edital		Compra
-			<a href="#">Acesse a Ata</a>		<a href="#">Acesse o Edital</a>		<a href="#">Acesse a compra</a>
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							
Descrição Detalhada							
Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens nacionais							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
9	I	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO MARANHÃO - Compras.gov.br	24	UNIDADE	R\$ 0,0000	14/05/2025	Sim

Id da Compra		Comprado em		Nº do Item	Objeto da Compra		
39301805901212025		14/05/2025		2	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviços contínuos de agenciamento de viagens, compreendendo: cotação, reserva, emissão, marcação, remarcação, reembolso e cancelamento de bilhetes de passagens aéreas em vôos domésticos porum período de 24 meses, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.		
Esfera		UASG		Forma	Modalidade		
Federal		393018		SISPP	Pregão		
Fornecedor							
ECOS TURISMO LTDA							
Índice e Valor		Ata		Edital	Compra		
-		-		<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							
Descrição Detalhada							
Alteração e cancelamento de bilhetes (cotação, reserva, cancelamento, alteração e reembolso)							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
10	I	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO MARANHÃO - Compras.gov.br	220	UNIDADE	R\$ 0,0000	14/05/2025	Sim

Id da Compra		Comprado em		Nº do Item	Objeto da Compra		
39301805901212025		14/05/2025		1	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviços contínuos de agenciamento de viagens, compreendendo: cotação, reserva, emissão, marcação, remarcação, reembolso e cancelamento de bilhetes de passagens aéreas em vôos domésticos porum período de 24 meses, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.		
Esfera		UASG		Forma	Modalidade		
Federal		393018		SISPP	Pregão		
Fornecedor							
ECOS TURISMO LTDA							
Índice e Valor		Ata		Edital	Compra		
-		-		<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							
Descrição Detalhada							
Emissão de bilhetes (assessoria, cotação, reserva e emissão)							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

11	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 0,0000	14/05/2025	Não
----	---	-----------------------------------	---	---------	------------	------------	-----

<b>Id da Compra</b>	<b>Comprado em</b>	<b>Nº do Item</b>	<b>Objeto da Compra</b>
92808105900102025	14/05/2025	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de passagens aéreas (cotação, reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais) para suprir a demanda da Câmara Municipal de Apucarana.
<b>Esfera</b>	<b>UASG</b>	<b>Forma</b>	<b>Modalidade</b>
Estadual	928081	SISPP	Pregão
<b>Fornecedor</b>			
ILO TRAVEL TURISMO LTDA			
<b>Índice e Valor</b>	<b>Ata</b>	<b>Editais</b>	<b>Compra</b>
-	-	<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>
<b>Critério Julgamento Item</b>			
Maior Desconto			
<b>Descrição Detalhada</b>			
Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

i 12	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 1.829,5000	13/05/2025	Não
------	---	---	---	---------	----------------	------------	-----

<b>Id da Compra</b>	<b>Comprado em</b>	<b>Nº do Item</b>	<b>Objeto da Compra</b>
98590307002752025	13/05/2025	1	Agenciamento de passagens aéreas para Brasília de 02 servidores no 10º Fórum Nacional das Transferências e Parceiras da União-DF.
<b>Esfera</b>	<b>UASG</b>	<b>Forma</b>	<b>Modalidade</b>
Estadual	985903	SISPP	Inexigibilidade
<b>Fornecedor</b>			
HOTEL A JATO OPERADORA TURISTICA LTDA			
<b>Índice e Valor</b>	<b>Ata</b>	<b>Editais</b>	<b>Compra</b>
-	-	-	<a href="#">Acesse a compra</a>
<b>Critério Julgamento Item</b>			
Sem critério de julgamento			
<b>Descrição Detalhada</b>			
Prestação de serviços de agenciamento de viagens	Prestação de serviços de agenciamento de viagens		

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
RJ/São Pedro da Aldeia	Rua Marques da Cruz	28941086	1

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
i13	I	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES - GOIANIA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 62.000,0000	13/05/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92951806000012025	13/05/2025	1	CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS PARA FORNECIMENTO DE BILHETES DE PASSAGENS PARA TRANSPORTES TERRESTRES E AÉREOS, NACIONAIS E INTERNACIONAIS, ASSIM COMO, OPERACIONALIZAÇÃO DE RESERVAS, MARCAÇÃO /REMARCAÇÃO DE BILHETES, PARA TRECHOS DIVERSOS À ESCOLHA DA CONTRATANTE, SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE INDICAÇÃO DE RESERVA DE HOTEL, BEM COMO QUALQUER TAREFA ASSOCIADA A ESSES PROCEDIMENTOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Municipal	929518	SISPP	Dispensa

**Fornecedor**  
FUTURA AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	<a href="#">Acesse a compra</a>

**Critério Julgamento Item**  
Sem critério de julgamento

**Descrição Detalhada**  
Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens

**Locais de Entrega**

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
GO/Goiânia	Av Cerrado	74150310	1

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
14	I	PREFEITURA DE BOA VISTA DA APARECIDA - PR - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 18.164,8000	13/05/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
45657806900022025	13/05/2025	1	Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de serviço de turismo para uma viagem de idosos atendidos pela Secretaria de Assistência Social a Foz do Iguaçu-PR, em atendimento ao Programa Paraná Mais Viagem Instituído pela Lei 21.767/2023. a empresa contratada deverá fornecer os INGRESSOS/TICKETS dos passeios e alimentação para a viagem que será realizada no dia 24 de maio de 2025. o transporte será fornecido pelo município de Boa Vista da Aparecida.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Municipal	456578	SISPP	Dispensa
Fornecedor	FLY GATES VIAGENS LTDA		
Índice e Valor	Ata	Editais	Compra
-	-	-	<a href="#">Acesse a compra</a>

**Critério Julgamento Item**  
Menor Preço

**Descrição Detalhada**  
Contratação de empresa para o fornecimento de serviço de turismo para uma viagem de idosos atendidos pela Secretaria de Assistência Social a Foz do Iguaçu-PR, em atendimento ao Programa Paraná Mais Viagem Instituído pela Lei 21.767/2023. a empresa contratada deverá fornecer os INGRESSOS /TICKETS dos passeios e alimentação para a viagem que será realizada no dia 24 de maio de 2025. o transporte será fornecido pelo município de Boa Vista da Aparecida

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
15	I	CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA DA 10ª REGIÃO - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 30.000,2000	12/05/2025	Não

<b>Id da Compra</b>	<b>Comprado em</b>	<b>Nº do Item</b>	<b>Objeto da Compra</b>
93144406000072025	12/05/2025	1	Prestação de serviços continuados de agenciamento de viagens, por empresa especializada, abrangendo cotação, reserva, emissão, remarcação, cancelamento e reembolso de passagens aéreas nacionais e internacionais.
<b>Esfera</b>	<b>UASG</b>	<b>Forma</b>	<b>Modalidade</b>
Federal	931444	SISPP	Dispensa
<b>Fornecedor</b>			
I.L. BARRETO REPRESENTACOES LTDA			
<b>Índice e Valor</b>	<b>Ata</b>	<b>Edital</b>	<b>Compra</b>
-	-	-	<a href="#">Acesse a compra</a>
<b>Critério Julgamento Item</b>			
Sem critério de julgamento			
<b>Descrição Detalhada</b>			
Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens	Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens		

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
ES/Vitória	Rua Fortunato Ramos	29056020	1

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
16	I	ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 499.949,0000	12/05/2025	Não

<b>Id da Compra</b>	<b>Comprado em</b>	<b>Nº do Item</b>	<b>Objeto da Compra</b>
10211705990052025	12/05/2025	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Serviços de agenciamento para busca, reserva, emissão, reemissão, cancelamento e reembolso de passagens aéreas nacionais e internacionais, por meio de sistemaonline via web e contratação de seguro viagem
<b>Esfera</b>	<b>UASG</b>	<b>Forma</b>	<b>Modalidade</b>
Estadual	102117	SISPP	Pregão
<b>Fornecedor</b>			
I.L. BARRETO REPRESENTACOES LTDA			
<b>Índice e Valor</b>	<b>Ata</b>	<b>Edital</b>	<b>Compra</b>
-	-	<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>
<b>Critério Julgamento Item</b>			
Menor Preço			
<b>Descrição Detalhada</b>			
Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens (ver regras do edital)			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
17	I	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/RO - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 85.227,8000	12/05/2025	Não

**Id da Compra**

92600205900022025

**Comprado em**

12/05/2025

**Nº do Item**

1

**Objeto da Compra**

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Agenciamento de Viagens, compreendendo os serviços de pesquisa, reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de passagem terrestre intermunicipal para atender as necessidades do DETRAN/RO, conforme especificações estabelecidasno Termo de Referência.

**Esfera**

Estadual

**UASG**

926002

**Forma**

SISPP

**Modalidade**

Pregão

**Fornecedor**

EMBARQUE JA PASSAGENS AEREAS LTDA

**Índice e Valor**

-

**Ata**

-

**Edital**

[Acesse o Edital](#)

**Compra**

[Acesse a compra](#)

**Critério Julgamento Item**

Menor Preço

**Descrição Detalhada**

Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Agenciamento de Viagens, compreendendo os serviços de pesquisa, reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de passagem terrestre intermunicipal no Estado deRondônia.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
18	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 30.001,1000	12/05/2025	Não

**Id da Compra**

92837606900112025

**Comprado em**

12/05/2025

**Nº do Item**

1

**Objeto da Compra**

Objeto: Contratação de empresa especializada prestação de serviços de intermediação para emissão, cancelamento e remarcação de passagens aéreas nacionais para atendimento às demandas do Departamento Municipal de Água e Esgoto (DEMAE) de Campo Belo/MG

**Esfera**

Estadual

**UASG**

928376

**Forma**

SISPP

**Modalidade**

Dispensa

**Fornecedor**

R. A DA SILVA AGENCIA DE VIAGEM

**Índice e Valor**

-

**Ata**

-

**Edital**

-

**Compra**

[Acesse a compra](#)

**Critério Julgamento Item**

Maior Desconto

**Descrição Detalhada**

Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
19	I	COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	200	UNIDADE	R\$ 0,0001	09/05/2025	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
78701005900062025	09/05/2025	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação da prestação de serviço de natureza continuada sob demanda, por intermédio de agência de viagens, compreendendo cotação, reserva, seguro, emissão,marcação, remarcação, cancelamentos, solicitações de reembolso e fornecimento de passagens rodoviárias nacionais, por meio de atendimento remoto (e-mail, telefone ou sistema informatizado).

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	787010	SISPP	Pregão

**Fornecedor**  
CERRADO VIAGENS LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>

**Critério Julgamento Item**  
Menor Preço

**Descrição Detalhada**  
Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens: Emissão de bilhetes de passagem rodoviária nacional, compreendendo: assessoria, cotação, reserva, emissão, alteração, cancelamento e reembolso.



Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
20	I	DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 515.000,0000	09/05/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
97400205900882024	09/05/2025	4	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento viagens, compreendendo a reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens aéreas (nacionais e internacionais) e terrestres (nacionais), para atender as demandas dos órgãos que compõem a estrutura administrativa do Distrito Federal, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	974002	SISRP	Pregão

Fornecedor
ETICA TURISMO VIAGENS RECEPTIVOS LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	<a href="#">Acesse a Ata</a>	<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>

Critério Julgamento Item
Menor Preço

Descrição Detalhada
Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens Grupo 4

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
21	I	DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 1.545.500,0000	09/05/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
97400205900882024	09/05/2025	3	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento viagens, compreendendo a reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens aéreas (nacionais e internacionais) e terrestres (nacionais), para atender as demandas dos órgãos que compõem a estrutura administrativa do Distrito Federal, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	974002	SISRP	Pregão

**Fornecedor**  
ETICA TURISMO VIAGENS RECEPTIVOS LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	<a href="#">Acesse a Ata</a>	<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>

**Critério Julgamento Item**  
Menor Preço

**Descrição Detalhada**  
Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens GRUPO 3

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
22	I	DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 4.799.000,0000	09/05/2025	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
97400205900882024		09/05/2025	2		Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento viagens, compreendendo a reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens aéreas (nacionais e internacionais) e terrestres (nacionais), para atender as demandas dos órgãos que compõem a estrutura administrativa do Distrito Federal, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.		
Esfera		UASG	Forma		Modalidade		
Estadual		974002	SISRP		Pregão		
Fornecedor		ECOS TURISMO LTDA					
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		<a href="#">Acesse a Ata</a>	<a href="#">Acesse o Edital</a>		<a href="#">Acesse a compra</a>		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							
Descrição Detalhada							
Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens GRUPO 2							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
23	I	PREFEITURA DE LONDRINA - PR - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 3.049.590,0000	08/05/2025	Não
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item	Objeto da Compra		
98766705900112025		08/05/2025		1	Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de Serviço, através de intermediação, para o fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais e passagens terrestres nacionais.		
Esfera		UASG		Forma	Modalidade		
Municipal		987667		SISPP	Pregão		
Fornecedor							
R. R. F. GUIMARAES AGENCIA DE VIAGENS LTDA							
Índice e Valor		Ata		Edital	Compra		
-		-		<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							
Descrição Detalhada							
Prestação de Serviço, através de intermediação, para o fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais e passagens terrestres nacionais.							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
24	I	CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO-DF - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 599.940,0000	07/05/2025	Não
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
38913805900022025		07/05/2025		1		Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de agenciamento de viagens, especializada em emissão (sob demanda) de passagens aéreas nacionais e internacionais compreendendo serviços de reservas, marcação, cancelamento, remarcação, inclusão de tarifas de bagagens, destinados a atender as necessidade do CRA-DF.	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Federal		389138		SISPP		Pregão	
Fornecedor		MIRANDA TURISMO E REPRESENTACOES LTDA					
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		-		<a href="#">Acesse o Edital</a>		<a href="#">Acesse a compra</a>	
Critério Julgamento Item							
Maior Desconto							
Descrição Detalhada							
Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
25	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	132	UNIDADE	R\$ 0,0100	07/05/2025	Sim
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item	Objeto da Compra		
16017505900362025		07/05/2025		1	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação do Serviço de Emissão de Passagens Aéreas para o 15ºBI Mtz - 90036/2025		
Esfera		UASG		Forma	Modalidade		
Federal		160175		SISRP	Pregão		
Fornecedor		R. R. F. GUIMARAES AGENCIA DE VIAGENS LTDA					
Índice e Valor		Ata		Edital	Compra		
-		<a href="#">Acesse a Ata</a>		<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							
Descrição Detalhada							
Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

26	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - Compras.gov.br	258	UNIDADE	R\$ 0,0001	07/05/2025	Sim
----	---	--	-----	---------	------------	------------	-----

<b>Id da Compra</b>	<b>Comprado em</b>	<b>Nº do Item</b>	<b>Objeto da Compra</b>
98621905986882024	07/05/2025	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de passagens aéreas
<b>Esfera</b>	<b>UASG</b>	<b>Forma</b>	<b>Modalidade</b>
Municipal	986219	SISRP	Pregão
<b>Fornecedor</b>			
SX CORP LTDA			
<b>Índice e Valor</b>	<b>Ata</b>	<b>Editais</b>	<b>Compra</b>
-	<a href="#">Acesse a Ata</a>	<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>
<b>Critério Julgamento Item</b>			
Menor Preço			
<b>Descrição Detalhada</b>			
Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

i 27	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	6	UNIDADE	R\$ 406,4300	06/05/2025	Não
------	---	--------------------------------------	---	---------	--------------	------------	-----

<b>Id da Compra</b>	<b>Comprado em</b>	<b>Nº do Item</b>	<b>Objeto da Compra</b>
92831507001492025	06/05/2025	1	Aquisição de passagens aéreas para os vereadores Paulo Pereira Filho, Aldemir Clemente da Silva e Clemilton Alves da Silva para a XXVI Marcha dos Vereadores que ocorrerá entre os dias 19 a 22 de março de 2025 em Brasília/DF.
<b>Esfera</b>	<b>UASG</b>	<b>Forma</b>	<b>Modalidade</b>
Estadual	928315	SISPP	Inexigibilidade
<b>Fornecedor</b>			
ZANELLA TRAVELS AGENCIAS DE VIAGENS LTDA			
<b>Índice e Valor</b>	<b>Ata</b>	<b>Editais</b>	<b>Compra</b>
-	-	-	<a href="#">Acesse a compra</a>
<b>Critério Julgamento Item</b>			
Sem critério de julgamento			
<b>Descrição Detalhada</b>			
Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens	Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens		

Locais de Entrega

<b>UF / Município</b>	<b>Logradouro</b>	<b>CEP</b>	<b>Quantidade</b>
SP/Hortolândia	Rua Joseph Paul Juliaen Burlandy	13186620	6

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
i28	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras. gov.br	2	UNIDADE	R\$ 760,0000	06/05/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92831507001482025	06/05/2025	1	Passagens ida e volta para Sra. Jocilene Cardoso, Cleber Albuquerque para o vereador Leonardo M. Moreira para Brasília.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	928315	SISPP	Inexigibilidade

**Fornecedor**  
51.099.960 KAMILA CRISTINA FERREIRA DE JESUS

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	<a href="#">Acesse a compra</a>

**Critério Julgamento Item**  
Sem critério de julgamento

**Descrição Detalhada**  
Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
SP/Hortolândia	Rua Joseph Paul Juliaen Burlandy	13186620	2

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
i29	I	ESP-DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELET-DAEE - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 1.977,6100	06/05/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
26210106000552025	06/05/2025	1	Prestação de Serviços de Agenciamento Sistematizado de Viagens Corporativas
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	262101	SISPP	Dispensa

**Fornecedor**  
INOVVE TURISMO LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	<a href="#">Acesse a compra</a>

**Critério Julgamento Item**  
Sem critério de julgamento

**Descrição Detalhada**  
Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
SP/São Paulo	Rua Boa Vista	01014000	12

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
30	I	CONSELHO REGIONAL DE QUIMICA 11ª - MA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 0,0001	06/05/2025	Não
Id da Compra			Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra		
38926806900082025			06/05/2025	1	Objeto: Contratação de empresa especializada em fornecimento de passagens aéreas.		
Esfera			UASG	Forma	Modalidade		
Federal			389268	SISPP	Dispensa		
Fornecedor							
56.890.785 GENY MARIA BENTO DE OLIVEIRA							
Índice e Valor			Ata	Editais	Compra		
-			-	-	<a href="#">Acesse a compra</a>		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							
Descrição Detalhada							
Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
31	I	CÂMARA MUNICIPAL DE CIANORTE - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 64,0000	30/04/2025	Não
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
92985605900032025		30/04/2025		1		Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de agenciamento de passagens aéreas e rodoviárias, devidamente credenciada junto aos órgãos reguladores, incluindo os serviços de cotação, reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento de bilhetes e demais serviços correlatos para atender as necessidades da Câmara Municipal de Cianorte, Estado do Paraná.	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Municipal		929856		SISRP		Pregão	
Fornecedor		CONNECT BRASIL VIAGENS E TURISMO LTDA -					
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		<a href="#">Acesse a Ata</a>		<a href="#">Acesse o Edital</a>		<a href="#">Acesse a compra</a>	
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							
Descrição Detalhada							
Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
32	I	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES - GOIANIA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 0,0001	30/04/2025	Não
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
92951806900302025		30/04/2025		1		Objeto: Contratação de prestação de serviços de agenciamento de viagens para fornecimento de bilhetes de passagens para transportes terrestres e aéreos, nacionais e internacionais, assim como, operacionalização de reservas, marcação/remarcação de bilhetes, para trechos diversos à escolha da contratante, serviços complementaresde indicação de reserva de hotel.	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Municipal		929518		SISPP		Dispensa	
Fornecedor		FUTURA AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA					
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		-		-		<a href="#">Acesse a compra</a>	
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							
Descrição Detalhada							
Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
i33	I	ESP-FUND. AMP. PESQ. EST. DE SAO PAUL - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 0,0001	29/04/2025	Não
Id da Compra		Comprado em	Nº do Item		Objeto da Compra		
48110107001842025		29/04/2025	1		Contratação do CREDENCIADO TRISTAR VIAGENS E TURISMO LTDA., para prestação dos serviços de agenciamento de viagens corporativas.		
Esfera		UASG	Forma		Modalidade		
Estadual		481101	SISPP		Inexigibilidade		
Fornecedor		TRISTAR VIAGENS E TURISMO LTDA					
Índice e Valor		Ata	Edital		Compra		
-		-	-		<a href="#">Acesse a compra</a>		
Critério Julgamento Item							
Sem critério de julgamento							
Descrição Detalhada							
Prestação de serviços de agenciamento de viagens Prestação de serviços de agenciamento de viagens							

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
SP/São Paulo	Rua Pio XI 1500	05468901	1



Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
i 34	I	ESP-FUND. AMP. PESQ. EST. DE SAO PAUL - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 3.549,8000	29/04/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
48110106001902025	29/04/2025	1	L.V.S.F. - Aquisição de Passagem aérea - Percurso: GRU/SCL/LSC /SCL/GRU
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	481101	SISPP	Dispensa
Fornecedor			
HARDY VIAGENS E TURISMO LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	<a href="#">Acesse a compra</a>

Critério Julgamento Item

Sem critério de julgamento

Descrição Detalhada

Prestação de serviços de agenciamento de viagens Prestação de serviços de agenciamento de viagens

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
SP/São Paulo	Rua Pio XI 1500	05468901	1

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
35	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 0,0000	29/04/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
93004205900042025	29/04/2025	1	Objeto: Pregão Eletrônico - REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de passagensaéreas e terrestres com serviço de agenciamento, para atendimento do Poder Legislativo Municipal.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	930042	SISRP	Pregão
Fornecedor			
LOGUI TURISMO LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	<a href="#">Acesse a Ata</a>	<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>

Critério Julgamento Item

Maior Desconto

Descrição Detalhada

Serviço de agenciamento para aquisição de passagens aéreas, compreendendo: assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem e cotação e emissão de seguro viagem; Alteração e cancelamento de bilhetes de passagem e reembolso; Repasses: valores das tarifas, taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas em razão da emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem adquiridos e Repasse de seguro viagem: valoresdos prêmios devidos às seguradoras em razão dos seguros viagem contratados.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
36	I	PREFEITURA DO MUNICIPIO DE FOZ DO IGUAÇU - Compras.gov.br	100	UNIDADE	R\$ 145,4000	29/04/2025	Não
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item	Objeto da Compra		
92647005900042025		29/04/2025		3	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviço de agenciamento de viagens, nos termos databela abaixo, conforme condições, quantidadese exigências estabelecidas neste instrumento		
Esfera		UASG		Forma	Modalidade		
Municipal		926470		SISPP	Pregão		
Fornecedor		CHECK-IN AGENCIA DE VIAGENS LTDA					
Índice e Valor		Ata		Edital	Compra		
-		-		<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							
Descrição Detalhada							
Fornecimento de passagens terrestres - É VEDADO O LANCE NESSE ITEM							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
37	I	PREFEITURA DO MUNICIPIO DE FOZ DO IGUAÇU - Compras.gov.br	425	UNIDADE	R\$ 1.923,1100	29/04/2025	Não
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item	Objeto da Compra		
92647005900042025		29/04/2025		2	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviço de agenciamento de viagens, nos termos databela abaixo, conforme condições, quantidadese exigências estabelecidas neste instrumento		
Esfera		UASG		Forma	Modalidade		
Municipal		926470		SISPP	Pregão		
Fornecedor		CHECK-IN AGENCIA DE VIAGENS LTDA					
Índice e Valor		Ata		Edital	Compra		
-		-		<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							
Descrição Detalhada							
Fornecimento de passagens aéreas - É VEDADO O LANCE NESSE ITEM.							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
38	I	PREFEITURA DO MUNICIPIO DE FOZ DO IGUAÇU - Compras.gov.br	525	UNIDADE	R\$ 0,0000	29/04/2025	Sim
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item	Objeto da Compra		
92647005900042025		29/04/2025		1	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviço de agenciamento de viagens, nos termos databela abaixo, conforme condições, quantidadese exigências estabelecidas neste instrumento		
Esfera		UASG		Forma	Modalidade		
Municipal		926470		SISPP	Pregão		
Fornecedor		CHECK-IN AGENCIA DE VIAGENS LTDA					
Índice e Valor		Ata		Edital	Compra		
-		-		<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>		
Critério Julgamento Item		Menor Preço					
Descrição Detalhada		Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens					

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
39	I	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO MARANHÃO - Compras.gov.br	150	UNIDADE	R\$ 0,0000	29/04/2025	Sim
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item	Objeto da Compra		
39302305900782025		29/04/2025		2	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviços continuados de agenciamento de viagens para voos domésticos destinados aos servidores da Superintendência Regional do DNIT no Estado do Tocantins.		
Esfera		UASG		Forma	Modalidade		
Federal		393023		SISPP	Pregão		
Fornecedor							
L. A. VIAGENS E TURISMO LTDA							
Índice e Valor		Ata		Edital	Compra		
-		-		<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>		
Critério Julgamento Item							
Maior Desconto							
Descrição Detalhada							
Serviço de agenciamento para aquisição, alteração e cancelamento de passagens.							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
40	I	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO MARANHÃO - Compras.gov.br	150	UNIDADE	R\$ 1.563,3244	29/04/2025	Não

**Id da Compra**

39302305900782025

**Comprado em**

29/04/2025

**Nº do Item**

1

**Objeto da Compra**

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviços continuados de agenciamento de viagens para voos domésticos destinados aos servidores da Superintendência Regional do DNIT no Estado do Tocantins.

**Esfera**

Federal

**UASG**

393023

**Forma**

SISPP

**Modalidade**

Pregão

**Fornecedor**

L. A. VIAGENS E TURISMO LTDA

**Índice e Valor**

-

**Ata**

-

**Edital**

[Acesse o Edital](#)

**Compra**

[Acesse a compra](#)

**Critério Julgamento Item**

Maior Desconto

**Descrição Detalhada**

Emissão de bilhetes de passagem, e alteração e cancelamento de bilhetes de passagem - Repasse.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
41	I	PMSP - SECRETARIA MUN. ASSIST. DESENV. SOCIAL - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 61.400,0000	29/04/2025	Não

**Id da Compra**

92505206900122025

**Comprado em**

29/04/2025

**Nº do Item**

1

**Objeto da Compra**

Objeto: Serviços sistematizados de agenciamento de passagens rodoviárias, no âmbito nacional, compreendendo os serviços de reserva, emissão, reemissão, marcação, remarcação e cancelamento, entre outros.

**Esfera**

Municipal

**UASG**

925052

**Forma**

SISPP

**Modalidade**

Dispensa

**Fornecedor**

RS TURISMO E EVENTOS LTDA

**Índice e Valor**

-

**Ata**

-

**Edital**

-

**Compra**

[Acesse a compra](#)

**Critério Julgamento Item**

Menor Preço

**Descrição Detalhada**

Prestação sserviços sistematizados de agenciamento de passagens rodoviárias, no âmbito nacional, compreendendo os serviços de reserva, emissão, reemissão, marcação, remarcação e cancelamento, entre outros descritos no Avido de Dispensa de Licitação.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
42	I	PREFEITURA DE RIO BRANCO - AC - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 0,0100	28/04/2025	Não

<b>Id da Compra</b>	<b>Comprado em</b>	<b>Nº do Item</b>	<b>Objeto da Compra</b>
98013905900242025	28/04/2025	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preçopara eventual e futura prestação de serviço deagenciamento de Passagens aéreas, compreendendo os serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento, entrega de bilhetes eletrônicos (e-ticket) e o seguro de assistência em viagens.
<b>Esfera</b>	<b>UASG</b>	<b>Forma</b>	<b>Modalidade</b>
Municipal	980139	SISRP	Pregão
<b>Fornecedor</b>			
FERREIRA E SOBRINHO LTDA			
<b>Índice e Valor</b>	<b>Ata</b>	<b>Editais</b>	<b>Compra</b>
-	<a href="#">Acesse a Ata</a>	<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>
<b>Critério Julgamento Item</b>			
Menor Preço			

**Descrição Detalhada**

Registro de preço para eventual e futura prestação de serviço de agenciamentode Passagens aéreas, compreendendo os serviços de reserva, emissão, marcação,remarcação, cancelamento, entrega de bilhetes eletrônicos (e-ticket) e o seguro de assistência em viagens.Para atender as necessidades da Fundação Municipal de Cultura, Esporte e Lazer Garibaldi Brasil FGB.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
43	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	120	UNIDADE	R\$ 0,0100	28/04/2025	Sim

<b>Id da Compra</b>	<b>Comprado em</b>	<b>Nº do Item</b>	<b>Objeto da Compra</b>
93064705900042025	28/04/2025	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviços prestados por Agência de Viagens para aquisição de passagens aéreas, compreendendo a emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas pela agência de viagens, no âmbito do território nacional, atendendo às normas da Agência Nacional de Aviação Civil ANAC, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
<b>Esfera</b>	<b>UASG</b>	<b>Forma</b>	<b>Modalidade</b>
Estadual	930647	SISPP	Pregão
<b>Fornecedor</b>			
PODER AGENCIA DE VIAGENS LTDA			
<b>Índice e Valor</b>	<b>Ata</b>	<b>Editais</b>	<b>Compra</b>
-	-	<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>
<b>Critério Julgamento Item</b>			
Menor Preço			

**Descrição Detalhada**

Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
44	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 500,0000	28/04/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
7001605900052025	28/04/2025	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de Agenciamento de Viagens, compreendendo, basicamente, os serviços de a) cotação, reserva, marcação, remarcação, emissão e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais, com disponibilização ao Contratante de ferramenta ou sistema eletrônico para realização dessas ações; e, b) cotação e emissão de seguro de de assistência (seguro-viagem) em viagens internacionais, quando demandado pelo TRE/MS.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	70016	SISPP	Pregão

**Fornecedor**  
F.L.B. VIAGENS E TURISMO LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>

**Critério Julgamento Item**  
Menor Preço

**Descrição Detalhada**  
Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo os serviços de a) cotação, reserva, marcação, remarcação, emissão e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais, com disponibilização ao Contratante de ferramenta ou sistema eletrônico para realização dessas ações; e b) cotação e emissão de seguro de assistência (seguro-viagem) em viagens internacionais, quando demandado pelo TRE/MS. TRE/MS

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

45	I	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - PB - Compras.gov.br	40	UNIDADE	R\$ 0,0000	28/04/2025	Sim
----	---	--	----	---------	------------	------------	-----

<b>Id da Compra</b>	<b>Comprado em</b>	<b>Nº do Item</b>	<b>Objeto da Compra</b>
92685205900022025	28/04/2025	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para agenciamento de passagens aéreas nacionais e internacionais para uso dos funcionários, conselheiros e colaboradores do CRCPB, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.
<b>Esfera</b>	<b>UASG</b>	<b>Forma</b>	<b>Modalidade</b>
Federal	926852	SISPP	Pregão
<b>Fornecedor</b>			
WEBTRIP AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA			
<b>Índice e Valor</b>	<b>Ata</b>	<b>Edital</b>	<b>Compra</b>
-	-	<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>
<b>Critério Julgamento Item</b>			
Menor Preço			
<b>Descrição Detalhada</b>			
Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

46	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE OCIDENTAL/GO - Compras.gov.br	4	UNIDADE	R\$ 610,0000	25/04/2025	Não
----	---	--	---	---------	--------------	------------	-----

<b>Id da Compra</b>	<b>Comprado em</b>	<b>Nº do Item</b>	<b>Objeto da Compra</b>
98007706920012025	25/04/2025	1	Objeto: Contratação de empresa especializada para emissão, marcação, remarcação e cancelamento de passagem aérea para a paciente REINILDA MARIA DE FRANÇA e seu acompanhante BELACY DE FRANÇA SOUZA para tratamento no serviço da central de transplante (RGCT) Hospital das Clínicas da F.M.U.S.P.
<b>Esfera</b>	<b>UASG</b>	<b>Forma</b>	<b>Modalidade</b>
Municipal	980077	SISPP	Dispensa
<b>Fornecedor</b>			
FLY GATES VIAGENS LTDA			
<b>Índice e Valor</b>	<b>Ata</b>	<b>Edital</b>	<b>Compra</b>
-	-	-	<a href="#">Acesse a compra</a>
<b>Critério Julgamento Item</b>			
Menor Preço			
<b>Descrição Detalhada</b>			
Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

47	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE OCIDENTAL/GO - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 402,0000	25/04/2025	Não
----	---	--	---	---------	--------------	------------	-----

<b>Id da Compra</b>	<b>Comprado em</b>	<b>Nº do Item</b>	<b>Objeto da Compra</b>
98007706920022025	25/04/2025	1	Objeto: Contratação de empresa especializada para emissão, marcação, remarcação e cancelamento de passagem terrestre para a paciente JOSIANEJESUS DE QUEIROZ para seguimento de Consulta para Cirurgia Buco Maxila Facial HRAC /CENTRINHO, em Bauru SP.
<b>Esfera</b>	<b>UASG</b>	<b>Forma</b>	<b>Modalidade</b>
Municipal	980077	SISPP	Dispensa
<b>Fornecedor</b>			
BRUNO R RIBEIRO			
<b>Índice e Valor</b>	<b>Ata</b>	<b>Edital</b>	<b>Compra</b>
-	-	-	<a href="#">Acesse a compra</a>
<b>Critério Julgamento Item</b>			
Menor Preço			
<b>Descrição Detalhada</b>			
Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

48	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE OCIDENTAL/GO - Compras.gov.br	2	UNIDADE	R\$ 750,0000	25/04/2025	Não
----	---	--	---	---------	--------------	------------	-----

<b>Id da Compra</b>	<b>Comprado em</b>	<b>Nº do Item</b>	<b>Objeto da Compra</b>
98007706920032025	25/04/2025	1	Objeto: Contratação de empresa especializada para emissão, marcação, remarcação e cancelamento de passagem aérea para a paciente MARIA VITORIA SOUZA BONFIM para consulta ambulatorial de continuidade do tratamento de lábio leporino, noambulatorio de cabeça e pescoço /palatoplastia em Hospital Sobrapar Crânio e Face em Campinas/SP.
<b>Esfera</b>	<b>UASG</b>	<b>Forma</b>	<b>Modalidade</b>
Municipal	980077	SISPP	Dispensa
<b>Fornecedor</b>			
FLY GATES VIAGENS LTDA			
<b>Índice e Valor</b>	<b>Ata</b>	<b>Edital</b>	<b>Compra</b>
-	-	-	<a href="#">Acesse a compra</a>
<b>Critério Julgamento Item</b>			
Menor Preço			
<b>Descrição Detalhada</b>			
Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens			



Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
i 49	I	ESP-FUND. AMP. PESQ. EST. DE SAO PAUL - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 3.540,6800	24/04/2025	Não
Id da Compra			Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra
48110106001862025			24/04/2025		1		C.M.M.P. - Aquisição de Passagem aérea nacional. Percurso: CGH/BSB /CGH.
Esfera			UASG		Forma		Modalidade
Estadual			481101		SISPP		Dispensa
Fornecedor							
GLOBAL TURISMO LTDA							
Índice e Valor			Ata		Edital		Compra
-			-		-		<a href="#">Acesse a compra</a>
Critério Julgamento Item							
Sem critério de julgamento							
Descrição Detalhada							
Prestação de serviços de agenciamento de viagens Prestação de serviços de agenciamento de viagens							

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
SP/São Paulo	Rua Pio XI 1500	05468901	1

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
i 50	I	ESP-FUND. AMP. PESQ. EST. DE SAO PAUL - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 3.481,5700	24/04/2025	Não
Id da Compra			Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra
48110106001882025			24/04/2025		1		A.P.Y. - Aquisição de passagem aérea nacional - Percurso: CGH/BSB /CGH
Esfera			UASG		Forma		Modalidade
Estadual			481101		SISPP		Dispensa
Fornecedor							
GLOBAL TURISMO LTDA							
Índice e Valor			Ata		Edital		Compra
-			-		-		<a href="#">Acesse a compra</a>

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
SP/São Paulo	Rua Pio XI 1500	05468901	1

Legenda:  
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.  
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

No processo de análise de preços para esta pesquisa, foram adotadas considerações metodológicas visando garantir a integridade e relevância dos dados obtidos. Dentre essas considerações, destacam-se as seguintes:

- **1. Exclusão de Compras com Apenas uma Unidade:** Optou-se por desconsiderar os preços de compras que envolviam apenas uma unidade do produto ou serviço em questão. Tal decisão fundamenta-se na premissa de que essas transações podem não refletir adequadamente os padrões de precificação em escala, podendo distorcer a média de preços e comprometer a representatividade dos dados analisados.
- **2. Descarte de Preços Unitários Elevados:** Preços unitários excessivamente elevados foram excluídos da análise, pois presume-se que tais valores possam estar relacionados a outros elementos além do custo do serviço em si, como taxas de transação, encargos adicionais ou circunstâncias específicas da transação que não representem adequadamente o valor típico do serviço em questão. Esse critério busca assegurar que os preços considerados na pesquisa estejam alinhados com os parâmetros usuais do mercado.

Ainda, cabe ressaltar que os valores apresentados estão diretamente vinculados ao serviço a ser contratado, mais especificamente, à atividade de agenciamento de viagens. Tal atividade engloba uma série de serviços, como assessoria, cotação, reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de bilhetes aéreos nacionais e internacionais, além do seguro viagem internacional. É fundamental ressaltar que o valor global estimado para a contratação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) é substancialmente superior aos resultados obtidos por meio da pesquisa realizada.

Nesse contexto específico de contratação, estamos nos referindo à prestação de serviço de agenciamento (intermediação) para aquisição de bilhetes aéreos e seguro viagem. Cabe mencionar que os custos relativos ao agenciamento em si são relativamente baixos, conforme evidenciado na pesquisa efetuada. No entanto, o montante total a ser contratado leva em consideração a necessidade de efetuar pagamentos às companhias aéreas correspondentes às passagens, bem como o pagamento relacionado aos seguros viagens internacionais. Essa transferência de recursos é realizada por meio da agência de viagens contratada, o que influencia nos custos finais estimados para o contrato. Portanto, a variável que exerce influência sobre os valores apresentados na pesquisa de preços em relação à estimativa de contratação é a necessidade de repassar os valores devidos pela atividade de transporte de pessoas e seguro viagem.

---

Relatório emitido em 23/05/2025 15:54

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre  $(X-\mu)^2$ , onde  $\mu$  representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$



MINISTÉRIO DA  
GESTÃO E DA INOVAÇÃO  
EM SERVIÇOS PÚBLICOS

PÁGINA INICIAL



FAÇA VOCÊ MESMO



Atualizado em 18/05/2025

## Análise de Viagem

Análise da Compra Direta

Análise do Agenciamento

Filtros:

Ano da Viagem

Mês da Viagem

Tipo Viagem

Modelo de Compra

Órgão Superior

Órgão

Passagem



X LIMPAR

Ano Viagem  
2 de 5Tipo Viagem  
Nacional

## O que são viagens?

Correspondem, na Administração Pública Federal Direta, Fundações e Autarquias, aos afastamentos a serviço de servidores, militares, empregados públicos e colaboradores eventuais, em caráter eventual ou transitório, no território nacional ou exterior, período a que fazem jus a passagens e diárias para indenizar as despesas extraordinárias com pousada, alimentação e locomoção urbana, conforme previsto na Lei 8.112, de 1990.

As informações das viagens são lançadas no Painel pela data em que são iniciadas, exceto as viagens que possuem caráter sigiloso, cuja apresentação se dá após o encerramento dessa restrição. Os valores de diárias são exibidos quando efetivado o pagamento da parcela correspondente no sistema financeiro e os de passagens, quando do registro da emissão no SCDP.

Dessa forma, faz-se necessário ter atenção quanto aos parâmetros de pesquisa utilizados em cada sistema na análise comparativa dos dados fornecidos por eles. Por exemplo, o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI - tem suas formas próprias de pesquisa e apresentação de dados, além disso é utilizado por órgãos que não usam o SCDP. Ademais, as viagens sigilosas têm suas despesas pagas no SIAFI e exibidas na consulta a esse sistema, no entanto, no Painel de Viagens esse pagamento só é exibido após o encerramento do período de sigilo.

Após concluído o preenchimento dos filtros, antes da análise dos dados, confirme se as opções desejadas permanecem selecionadas. O Painel, por padrão, exibe dados para os quais possui registro em sua base. Assim, quando o usuário escolhe opção que não se aplica para aquela combinação de filtros (indicada pelo sombreadimento), retira outras seleções para adequação às demais escolhidas.

Viagens

Detalhamento de Diárias

Detalhamento de Passagens

QUANTIDADE DE PASSAGENS

501.921 ▲ 22,1%  
ao mesmo período anterior

VALOR PAGO POR PASSAGEM (MÉDIA)

R\$1.608,31

VALOR DAS PASSAGENS

R\$807.245.179,61 ▲ 22,3%  
ao mesmo período anterior

VALOR PAGO POR PASSAGEM (MEDIANA)

R\$1.568,20

MINISTÉRIO DA  
GESTÃO E DA INOVAÇÃO  
EM SERVIÇOS PÚBLICOS

PÁGINA INICIAL



FAÇA VOCÊ MESMO



Atualizado em 18/05/2025

## Análise de Viagem

Análise da Compra Direta

Análise do Agenciamento

Filtros:

Ano da Viagem

Mês da Viagem

Tipo Viagem

Modelo de Compra

Órgão Superior

Órgão

Passagem



X LIMPAR

Ano Viagem  
2 de 5Tipo Viagem  
Internacional

## O que são viagens?

Correspondem, na Administração Pública Federal Direta, Fundações e Autarquias, aos afastamentos a serviço de servidores, militares, empregados públicos e colaboradores eventuais, em caráter eventual ou transitório, no território nacional ou exterior, período a que fazem jus a passagens e diárias para indenizar as despesas extraordinárias com pousada, alimentação e locomoção urbana, conforme previsto na Lei 8.112, de 1990.

As informações das viagens são lançadas no Painel pela data em que são iniciadas, exceto as viagens que possuem caráter sigiloso, cuja apresentação se dá após o encerramento dessa restrição. Os valores de diárias são exibidos quando efetivado o pagamento da parcela correspondente no sistema financeiro e os de passagens, quando do registro da emissão no SCDP.

Dessa forma, faz-se necessário ter atenção quanto aos parâmetros de pesquisa utilizados em cada sistema na análise comparativa dos dados fornecidos por eles. Por exemplo, o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI - tem suas formas próprias de pesquisa e apresentação de dados, além disso é utilizado por órgãos que não usam o SCDP. Ademais, as viagens sigilosas têm suas despesas pagas no SIAFI e exibidas na consulta a esse sistema, no entanto, no Painel de Viagens esse pagamento só é exibido após o encerramento do período de sigilo.

Após concluído o preenchimento dos filtros, antes da análise dos dados, confirme se as opções desejadas permanecem selecionadas. O Painel, por padrão, exibe dados para os quais possui registro em sua base. Assim, quando o usuário escolhe opção que não se aplica para aquela combinação de filtros (indicada pelo sombreadimento), retira outras seleções para adequação às demais escolhidas.

Viagens

Detalhamento de Diárias

Detalhamento de Passagens

QUANTIDADE DE PASSAGENS

28.920 ▲ 21,8%  
ao mesmo período anterior

VALOR PAGO POR PASSAGEM (MÉDIA)

R\$6.311,16



VALOR DAS PASSAGENS

R\$182.518.880,47 ▲ 23,8%  
ao mesmo período anterior

VALOR PAGO POR PASSAGEM (MEDIANA)

R\$5.029,32





**FIRST EVOLUTION VIAGENS E TURISMO EIRELI - ME**

Av. São José, 618 - Sala 604 e 605, Andar 6 - Cristo Rei  
Cep: 80.050-350 - Curitiba - PR  
Tel/Fax : +55 (41) 3085-7050  
E-mail: contato@firstviagens.com.br Site: www.firstviagens.com.br  
CNPJ : 10.255.350/0001-52  
Ministério do Turismo: 180455501000018

Nº FATURA	EMISSÃO	FATURA		VENCIMENTO
		VALOR	Nº DE ORDEM	
11592	24/09/2024	R\$ 442,46	11592	30/09/2024

PARA USO DA  
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

ASSINATURA DO EMITENTE

**PRAÇA PGTO:**

SACADO: **UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRACAO LATINO-AMERICANA**

COD.: UNILA

C.CUSTO:

ENDEREÇO: AVENIDA TANCREDO NEVES, 3147

CEP: 85867-000

BAIRRO: ITAIUPU B

CIDADE: FOZ DO IGUACU

UF: PR

CNPJ: 11.806.275/0001-33 INSC. EST.:

TEL:

VALOR POR  
EXTENSO

(quatrocentos e quarenta e dois reais e quarenta e seis centavos.)

Reconhecemos a exatidão desta Fatura de Prestação de Serviços, na importância acima, que pagaremos à FIRST EVOLUTION VIAGENS E TURISMO EIRELI - ME, ou à sua ordem, na praça e vencimento indicados.

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
DATA DO ACEITE

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO SACADO

**Dados bancários:**

VIACREDI - 085

AG: 0101-5

CC: 1483708-0

PIX: financeiro@firstviagens.com.br

Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional.

CONTRATO Nº 7/2024

LEI Nº 14.592, DE 30 DE MAIO DE 2023 - Art. 2, parágrafo 2, da IN 1234/2012

Empresa com benefício de alíquota 0% (zero por cento) para PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre as receitas decorrentes da atividade de transporte aéreo regular de passageiros conforme art. 2º da Lei 14.592/2023. Retenção de 2,4% de IR e 1% de CSSL totalizando 3,40% sobre a tarifa, e 7,05% (IR, CSSL, PIS, COFINS) sobre taxa de embarque.

EMISSÃO/REF	HISTÓRICO / DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	CONTA	VALOR (R\$)
08/08/2024 V.64318	GTA/GTA 000000 - Loc. 08730597 - Emissor: FELIPEF - Pax: SUELLEN MAYARA PERES DE OLIVEIRA DESTINO: AMERICA LATINA (INCLUSO MÉXICO) PLANO: 10563-PRATA AL PERÍODO: 28/08/2024 A 31/08/2024	DESC-CLI TARIFA SUB-TOTAL	82,75- 192,44+ 109,69=
08/08/2024 V.64319	GTA/GTA 000000 - Loc. 08730576 - Emissor: FELIPEF - Pax: BEATRIZ DE ARRUDA DIAS DESTINO: AMERICA LATINA (INCLUSO MÉXICO) PLANO: 10563-PRATA AL PERÍODO: 28/08/2024 A 31/08/2024	DESC-CLI TARIFA SUB-TOTAL	82,75- 192,44+ 109,69=
08/08/2024 V.64320	GTA/GTA 000000 - Loc. 08730576 - Emissor: FELIPEF - Pax: LEILA YATIM DESTINO: AMERICA LATINA (INCLUSO MÉXICO) PLANO: 10563-PRATA AL PERÍODO: 28/08/2024 A 31/08/2024	DESC-CLI TARIFA SUB-TOTAL	82,75- 192,44+ 109,69=

EMIÇÃO/REF	HISTÓRICO / DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	CONTA	VALOR (R\$)
23/08/2024 V.64996	GTA/GTA 000000 - Loc. 08776349 - Emissor: JOSI - Pax: MARIO RENE RODRIGUEZ TORREZ DESTINO: AMERICA LATINA (INCLUSO MEXICO) PLANO: 10561-BRONZE AL PERIODO: 06/09 A 09/09/2024	DESC-CLI TARIFA SUB-TOTAL	51,84- 120,56+ 68,72=
23/08/2024 V.64997	GTA/GTA 000000 - Loc. 08776348 - Emissor: JOSI - Pax: LUCIANO DUTRA MIGUEL DESTINO: AMERICA LATINA (INCLUSO MEXICO) PLANO: 10561-BRONZE AL PERIODO: 06/09 A 09/09/2024	DESC-CLI TARIFA SUB-TOTAL	33,69- 78,36+ 44,67=

<b>RESUMO :</b>	
<b>Por C.Custos :</b>	
<b>S/C.CUSTO</b>	<b>442,46+</b>
-----	
<b>Por Conta :</b>	
<b>TARIFA</b>	<b>776,24+</b>
<b>DESC-CLI</b>	<b>333,78-</b>
-----	
<b>Total</b>	<b>442,46=</b>

<b>TOT. LÍQUIDO DA FAT. Nº 11592</b>	<b>R\$ 442,46</b>
--------------------------------------	-------------------

**FIRST EVOLUTION VIAGENS E TURISMO EIRELI - ME**

Av. São José, 618 - Sala 604 e 605, Andar 6 - Cristo Rei  
Cep: 80.050-350 - Curitiba - PR  
Tel/Fax : +55 (41) 3085-7050  
E-mail: contato@firstviagens.com.br Site: www.firstviagens.com.br  
CNPJ : 10.255.350/0001-52  
Ministério do Turismo: 180455501000018

Nº FATURA	EMISSÃO	FATURA		VENCIMENTO
		VALOR	Nº DE ORDEM	
12126	02/12/2024	R\$ 477,18	12126	30/12/2024

PARA USO DA  
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

ASSINATURA DO EMITENTE

**PRAÇA PGTO:**

SACADO: **UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRACAO LATINO-AMERICANA**

COD.: UNILA

C.CUSTO:

ENDEREÇO: AVENIDA TANCREDO NEVES, 3147

CEP: 85867-000

BAIRRO: ITAIUPU B

CIDADE: FOZ DO IGUACU

UF: PR

CNPJ: 11.806.275/0001-33 INSC. EST.:

TEL:

VALOR POR EXTENSO	(quatrocentos e setenta e sete reais e dezoito centavos.)
----------------------	---

Reconhecemos a exatidão desta Fatura de Prestação de Serviços, na importância acima, que pagaremos à FIRST EVOLUTION VIAGENS E TURISMO EIRELI - ME, ou à sua ordem, na praça e vencimento indicados.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
DATA DO ACEITE

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO SACADO

**Dados bancários:**

VIACREDI - 085

AG: 0101-5

CC: 1483708-0

PIX: financeiro@firstviagens.com.br

Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional.

CONTRATO Nº 7/2024

LEI Nº 14.592, DE 30 DE MAIO DE 2023 - Art. 2, parágrafo 2, da IN 1234/2012

Empresa com benefício de alíquota 0% (zero por cento) para PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre as receitas decorrentes da atividade de transporte aéreo regular de passageiros conforme art. 2º da Lei 14.592/2023. Retenção de 2,4% de IR e 1% de CSSL totalizando 3,40% sobre a tarifa, e 7,05% (IR, CSSL, PIS, COFINS) sobre taxa de embarque.

EMISSÃO/REF	HISTÓRICO / DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	CONTA	VALOR (R\$)
01/11/2024 V.67813	GTA/GTA (GLOBAL TRAVEL ASSISTANCE REPRESENTACAO E TURISMO LT) 000000 - Loc. 09004130 - Emissor: FELIPEF - Pax: ANA CRISTINA WELTER DESTINO: AMERICA LATINA (INCLUSO MEXICO) PLANO: 10561-BRONZE AL PERIODO: 05/11/2024 A 09/11/2024	DESC-CLI KANDIR-TAR TARIFA SUB-TOTAL	54,68- 8,96- 127,16+ 63,52=
01/11/2024 V.67814	GTA/GTA (GLOBAL TRAVEL ASSISTANCE REPRESENTACAO E TURISMO LT) 000000 - Loc. 09006195 - Emissor: FELIPEF - Pax: DIANA ARAUJO PEREIRA DESTINO: AMERICA LATINA (INCLUSO MEXICO) PLANO: 10561-BRONZE AL PERIODO: 09/11/2024 A 16/11/2024	DESC-CLI KANDIR-TAR TARIFA SUB-TOTAL	72,08- 11,82- 167,62+ 83,72=
12/11/2024 V.68084	GTA/GTA (GLOBAL TRAVEL ASSISTANCE REPRESENTACAO E TURISMO LT) 000000 - Loc. 9041842 - Emissor: FELIPEF - Pax: WAGNER BARROS TEIXEIRA DESTINO: AMERICA LATINA (INCLUSO MEXICO) PLANO: 10561-BRONZE AL PERIODO: 23/11/2024 A 02/12/2024	DESC-CLI KANDIR-TAR TARIFA SUB-TOTAL	89,32- 14,64- 207,72+ 103,76=

EMIÇÃO/REF	HISTÓRICO / DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	CONTA	VALOR (R\$)
12/11/2024 V.68085	GTA/GTA(GLOBAL TRAVEL ASSISTANCE REPRESENTACAO E TURISMO LT) 000000 - Loc. 9042241 - Emissor: FELIPEF - Pax: CARLOS HENRIQUE LOPE DE ALMEIDA DESTINO: AMERICA LATINA (INCLUSO MEXICO) PLANO: 10561-BRONZE AL PERIODO: 23/11/2024 A 02/12/2024	DESC-CLI KANDIR-TAR TARIFA SUB-TOTAL	89,32- 14,64- 207,72+ 103,76=
12/11/2024 V.68086	GTA/GTA(GLOBAL TRAVEL ASSISTANCE REPRESENTACAO E TURISMO LT) 000000 - Loc. 9042659 - Emissor: FELIPEF - Pax: SUELLEN MAYARA PERES DE OLIVEIRA DESTINO: AMERICA LATINA (INCLUSO MEXICO) PLANO: 10561-BRONZE AL PERIODO: 14/11/2024 A 16/11/2024	DESC-CLI KANDIR-TAR TARIFA SUB-TOTAL	54,58- 8,95- 126,94+ 63,41=

RESUMO :	
TARIFA	837,16+
DESC-CLI	359,98-
KANDIR-TAR	59,01-
	-----
Total	418,17=

TOT. LÍQUIDO DA FAT. Nº 12126	R\$ 418,17
-------------------------------	------------



**FIRST EVOLUTION VIAGENS E TURISMO EIRELI - ME**

Av. São José, 618 - Sala 604 e 605, Andar 6 - Cristo Rei

Cep: 80.050-350 - Curitiba - PR

Tel/Fax : +55 (41) 3085-7050

CNPJ : 10.255.350/0001-52

Ministério do Turismo: 180455501000018

**Complemento da fatura nº 12126****IN 1234/2012 - DADOS PARA PREENCHIMENTO DO DARF**

#T1 Demonstrativo por impostos/tributos									
	Alíquota	Sobre Tarifa	Alíquota	Sobre Taxa	Alíquota	Sobre Fee	Alíquota	Sobre DU/RAV	Total
Base de Cálculo		837,16							
KANDIR	7,05%	59,01							59,01
Total	7,05%	59,01							59,01

#T2 Demonstrativo por contribuintes (Cias, Concessionárias, etc)			
Nome do contribuinte	CNPJ	Base de Cálculo	Imposto
GLOBAL TRAVEL ASSISTANCE REPRESENTACAO E TURISMO LTDA GTA AS	19.021.175/0001-03	837,16	59,01
Totais:		837,16	59,01

#T3 Demonstrativo por Cias									
Nome do contribuinte	CNPJ	Tipo D/I	Base de Cálculo	IR %	CSLL %	COFINS %	PIS %	Kandir 7.05%	Total
GLOBAL TRAVEL ASSISTANCE REPRESENTACAO E TURIS	19.021.175/0001-03	D	837,16					59,01	59,01
Totais:			837,16					59,01	59,01



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura  
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90013/2025**  
**MODELO – PROPOSTA DE PREÇO**

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)				
Item do TR	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Valor Total do Grupo				

Declaramos que garantimos o fornecimento dos bens e serviços sempre que solicitados e no prazo exigido no Termo de Referência, contados a partir do envio/recebimento da “Solicitação de Fornecimento” e/ou Nota de Empenho.

Declaramos que todas as parcelas solicitadas dos bens e serviços atenderão às exigências e especificações do Edital de Pregão Eletrônico N.º 90013/2025, assim como a toda legislação inerente ao fornecimento do(s) mesmo(s).

Declaramos que nos preços consignados em nossa proposta incluem todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos.

Declaramos que o prazo de validade da proposta é de 90 (noventa) dias, contados a partir da presente data.

Declaramos que garantimos a qualidade dos serviços e as quantidades dos bens solicitados, assim com as exigências emanadas dos órgãos competentes no que se refere ao carregamento, transporte e descarregamento dos mesmos.

Indicamos e nomeamos o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, como nosso(a) representante legal, com competência e autorização para decidir e resolver toda e qualquer solicitação, reclamação e/ou pendências inerentes e durante a execução do objeto contratado, podendo ser contatado pelo(s) telefone(s) (xx) \_\_\_\_\_

Informamos, abaixo, nossos dados para futuros compromissos, caso nossa empresa seja a vencedora deste certame licitatório.

Razão Social: \_\_\_\_\_

CNPJ nº \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura  
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

Telefone/Fax: .....  
Correio eletrônico: .....  
Banco: .....  
Agência: .....  
Conta Corrente: .....  
Correio eletrônico:.....

....., ..... de ..... de 2025.

**(assinatura)**

---

(nome e cargo do signatário)  
CPF:  
RG:  
CNPJ:  
(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)

**Observação: A proposta de preço deverá ser assinada em papel timbrado com  
carimbo da empresa ou por meio de assinatura digital.**



Ministério da Educação  
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Processo Administrativo nº 23422.00010725/2025-15

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº .... /..... QUE  
FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-  
AMERICANA – UNILA E A EMPRESA .....**

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)**, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº. 3.147, Itaipu B, na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 11.806.275/0001-33, neste ato representada pela Reitora, **DIANA ARAUJO PEREIRA**, nomeada pelo Decreto publicado no DOU nº 111, de 14 de junho de 2023, seção 02, pg. 1, portadora da Matrícula Funcional nº **\*\*193\*\***, doravante denominada **CONTRATANTE**, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 23422.010725/2025-15 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1.** O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de agenciamento de viagem com repasse de valores, para o fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, bem como serviços correlatos tais como: seguro viagem, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

**1.2.** Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	% Desconto
<b>1</b>	Prestação do serviço de agenciamento para emissão de passagem aérea nacional (transporte de pessoal). O serviço compreende, assessoria, cotação, reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento de bilhete aéreo e repasse de valores dos bilhetes nacionais.	23256	Unid.	2352	R\$ 784,10	R\$ 1.844.203,20	%
<b>2</b>	Prestação do serviço de agenciamento para emissão de passagem aérea nacional (transporte de pessoal). O serviço compreende, assessoria, cotação, reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento de bilhete aéreo e repasse de	23256	Unid.	225	R\$ 2.514,66	R\$ 565.798,50	%



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

	valores dos bilhetes nacionais.						
<b>3</b>	Prestação do serviço de agenciamento para emissão, alteração, cancelamento de seguro viagem internacional e repasse de valores dos seguros viagens internacionais.	23256	Unid.	600	R\$ 150,00	R\$ 90.000,00	%
<b>TOTAL</b>						<b>R\$ 2.500.001,70</b>	

**1.3.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**2.1.** O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da **data de assinatura do contrato**, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.2.** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação.

**2.3.** O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**2.4.** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.



**Ministério da Educação  
Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

**6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
  - 8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
  - 8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
  - 8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
  - 8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
  - 8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
  - 8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
  - 8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.



**Ministério da Educação  
Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

8.1.11. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.1.12. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

**9.1.** O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**9.2.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**9.3.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**9.4.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

**9.5.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

**9.6.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais,





**Ministério da Educação  
Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;



**Ministério da Educação  
Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

- 9.19.** Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20.** Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21.** Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23.** Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24.** Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25.** Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1.** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29.** Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30.** Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31.** Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;



**Ministério da Educação  
Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

**9.32.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

**9.33.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

**9.34.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

**10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

**10.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**10.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**10.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**10.4.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

**10.5.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**10.6.** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**10.7.** O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**10.8.** O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.



**Ministério da Educação  
Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

**10.9.** O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**10.10.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**10.11.** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**10.12.** Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**11.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1.** As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**13.1.** O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**13.2.** O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

**13.3.** A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

**13.4.** Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.



**Ministério da Educação  
Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

**13.5.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**13.6.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**13.7.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**13.8.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**13.9.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.9.3. Indenizações e multas.

**13.10.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**13.11.** O CONTRATANTE poderá ainda:

13.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.11.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

**13.12.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

**14.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**14.2.** O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**14.3.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



**Ministério da Educação  
Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

**14.4.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

**14.5.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**15.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

**15.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

**16.1.** Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

**17.1.** Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

**18.1.** Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Foz do Iguaçu, Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Foz do Iguaçu/PR, datado e assinado com Certificado Digital.

---

Representante da contratante

---

Representante da contratada

---

Testemunha

---

Testemunha



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO E INFRAESTRUTURA**

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1 / 2024 - PROAGI (10.01.05.20)**

**Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO**

**Foz Do Iguaçu-PR, 06 de novembro de 2024.**

Dispõe sobre as condutas e a dosimetria na aplicação da penalidade de impedimento de Licitar e contratar com a União, decorrentes da prática de infrações cometidas na fase licitatória e definidas no Art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

O PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO E INFRAESTRUTURA EM EXERCÍCIO, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA, nomeado pela Portaria nº 603/2024/GR de 17 de junho de 2024, tendo em vista a delegação de competências e o estabelecimento de atribuições pela Portaria nº 283/2020/GR, alterada pela Portaria 502/2022/GR e, considerando o previsto na Lei nº 9.784/1999 e na Lei nº 14.133/2021, RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer o regramento para a instauração e instrução dos processos administrativos sancionatórios e para a definição da dosimetria na aplicação da penalidade de Impedimento de Licitar e Contratar com a União, decorrente da prática de condutas previstas no Art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e cometidas na fase licitatória, no âmbito dos procedimentos licitatórios realizados pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA.

Art. 2º No curso das licitações realizadas no âmbito da UNILA, é obrigatória a instauração de procedimento administrativo para apuração de responsabilidades e a aplicação de sanções, quando restar comprovada a ocorrência da prática injustificada das condutas tipificadas no Art. 155 da lei 14.133/2021 e abaixo transcritas:

I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame (Art.155, inciso IV): consideram-se comportamentos que serão enquadrados neste inciso, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

- a) deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;
- b) entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;
- c) fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;
- d) deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de contratação ou pregoeiro, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

II - não manter a proposta (Art.155, inciso V): salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado - Constituem comportamentos que serão enquadrados neste inciso, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação:

- a) deixar de atender a convocações do agente de contratação ou pregoeiro durante o trâmite do certame, como encaminhar proposta atualizada; deixar de prestar informações adicionais quanto ao objeto licitado, ou atendê-las de forma insatisfatória;
- b) deixar de encaminhar as amostras solicitadas pelo agente de contratação ou pregoeiro ou às encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório ;



- c) abandonar o certame;
- d) solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame.

III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta (Art.155, inciso VI);

IV - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação (Art.155, inciso VIII) ;

V - fraudar a licitação (Art.155, inciso IX): considera-se a conduta deste inciso como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos da UNILA, com exceção da conduta disposta no inciso VIII do caput deste Artigo.

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (Art.155, inciso X): considera-se a conduta deste inciso como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da licitação.

VII - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação (Art.155, inciso XI)

VIII - praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013 (Art.155, inciso XII).

Art. 3º Para fins de apuração da sanção de Impedimento prevista no inciso III do Art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, cuja competência pela aplicação é do Reitor da UNILA ou a quem ele delegar competência, sua eventual aplicação deverá estar de acordo com as disposições deste Instrumento Normativo, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas na Lei, quando a licitante:

I - Art. 155, inciso IV: deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 01 (um) mês.

II - Art. 155, inciso V: não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses.

III - Art. 155, inciso VI: não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses.

Parágrafo único. Em relação às condutas previstas nos demais incisos do caput do Art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 (incisos I a III, e VII a XII), a avaliação e o estabelecimento dos critérios de dosimetria da pena prevista no contrato/instrumento convocatório caberá aos fiscais e gestores do contrato/instrumento equivalente, e submetidos a análise da autoridade competente, aplicando-se, no que couber, o disposto neste Instrumento Normativo.

Art. 4º As penalidades previstas no Art. 3º, serão agravadas em 50% (cinquenta por cento) na sua pena-base, para cada agravante, até o limite de 36 (trinta e seis) meses, em decorrência das seguintes situações:

I - quando restar comprovado que o licitante tenha sofrido registro de 3 (três) ou mais penalidades no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do fato que ensejou a abertura do processo sancionatório;

II - quando restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido no ato convocatório;

III - quando a licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

IV - quando firmada a convicção, no âmbito administrativo, que a licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiária do tratamento diferenciado concedido em legislação específica; ou

V - quando a conduta acarretar prejuízo material grave à UNILA.

Parágrafo único. As penalidades de multa previstas no instrumento convocatório, se aplicáveis ao caso, também serão majoradas na forma prevista neste Artigo, em especial quando da ocorrência do contido no inciso V.

Art. 5º Quando a conduta da empresa não tenha incidido em qualquer agravante do Art. 4º, as penas previstas no Art. 3º serão reduzidas pela metade, apenas uma vez, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

I - quando restar comprovada a ausência de registro de sanção aplicada à licitante ou à contratada por parte da Administração Pública em decorrência da prática de tipos infracionais em licitações e contratos administrativos nos 12 (doze) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório pela UNILA.

II - quando a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável, ou de menor repercussão, do licitante;

III - quando a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

IV - quando a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento e a ausência de dolo;

§1º No caso em que o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou contratações ocorridos nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato em razão do qual será aplicada a penalidade, a sanção será reduzida para ¼ (um quarto).

§ 2º - As penalidades de multa previstas no instrumento convocatório e/ou contratual, se aplicáveis ao caso, também serão minoradas na forma prevista neste Artigo.

Art. 6º Na aplicação das sanções, compete ao Reitor da UNILA, ou a quem ele delegar tal função, a avaliação e aplicação dos critérios de dosimetria das sanções previstas neste Instrumento Normativo.

Art. 7º No caso do certame conter diversos itens, as penalidades tipificadas nesta Instrução Normativa serão apuradas por item ou grupo, e serão agrupadas e somadas para fins de aplicação da sanção.

Parágrafo único: Quando a ação ou omissão do licitante ou contratante ensejar o enquadramento da conduta em tipos distintos, prevalecerá aquele que comina a sanção mais grave.

Art. 8º Para a aplicação de qualquer penalidade contratual é imprescindível a prévia instauração do devido processo administrativo sancionatório, assegurando-se o contraditório e ampla defesa.

Art. 9º É dever de todo servidor da UNILA, em especial dos agentes de contratação, fiscais e gestores de contrato, comunicar ao Departamento de Contratos - DECON, acerca da ocorrência de fato ou conduta que, em tese, possa se amoldar aos tipos infracionais previstos no Art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 1º Além da comunicação de que trata o caput deste Artigo, também é seu dever prestar auxílio e esclarecimentos necessários à instrução do processo administrativo e ao eventual cálculo de multas pecuniárias.

§ 2º Diante da avaliação das circunstâncias do caso concreto, o servidor, agente de contratação ou pregoeiro, fiscal e gestor de contrato poderá justificar o afastamento do dever de comunicação de que trata o caput deste Artigo, quando entender que na prática de alguma conduta prevista no Art. 2º desta normativa estejam presentes as circunstâncias previstas no Art. 5º, sem prejuízo de eventual reavaliação da pertinência da instauração do processo sancionatório por parte da autoridade competente.

§3º O DECON deverá manter em sua página institucional formulário adequado e atualizado para solicitar abertura de procedimento para conduta passível de aplicação de penalidade, disponível em <https://portal.unila.edu.br/proagi/cccl/demandantes-e-area-tecnica/sancoes>.

Art. 10. A partir da comunicação de que trata o caput do Art. 9º desta instrução normativa, cumpre ao DECON realizar a instauração e instrução formal do processo administrativo sancionatório, compreendendo:

I - a apreciação do pedido e condução do processo, visando a produção de provas e esclarecimentos adicionais junto aos demandantes da sanção e ao pretense sancionado;

II - a realização das notificações formais às licitantes e/ou contratadas;

III - o controle dos prazos;

IV - o recebimento e análise das respostas, manifestação e alegações dos investigados;

V - a produção de relatório final conclusivo, ou minuta de decisão apta a ensejar a deliberação da autoridade competente para a aplicação/afastamento da sanção.

Parágrafo único. Caso a conduta que motivou a instauração do processo administrativo sancionatório possa ensejar a aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do Art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, o processo administrativo sancionatório deverá ser conduzido por 2 (dois) servidores, devendo ser observadas as formalidades, os procedimentos e os prazos previstos no Art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 11. Após esgotados os recursos administrativos cabíveis, caberá ao DECON adotar as providências necessárias ao registro das sanções aplicadas nos cadastros informados no Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 12. Aplicam-se aos processos administrativos instaurados com base nesta Normativa, no que couber, as disposições da Lei nº 9.784, de 1999, devendo prevalecer os prazos e procedimentos específicos previstos na Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 13. Fica revogada a Instrução Normativa 02/2021/PROAGI, publicada no Boletim de Serviço 54/2021, de 02 de julho de 2021.

Parágrafo único. Permanecem regidos pela Instrução Normativa 02/2021/PROAGI, os processos administrativos sancionatórios instaurados a partir de condutas praticadas em certames e em contratações regidos pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Art. 14. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

(Assinado digitalmente em 06/11/2024 11:32 )

DIOGO ANDRE BASTIAN

PRO-REITOR(A)

PROAGI (10.01.05.20)

Matrícula: 1916477

**Processo Associado: 23422.002420/2020-17**

Visualize o documento original em <https://sig.unila.edu.br/public/documentos/index.jsp>  
informando seu número: **1**, ano: **2024**, tipo: **INSTRUÇÃO NORMATIVA**, data de emissão:  
**06/11/2024** e o código de verificação: **c0a76b3961**



---

Emitido em 06/11/2024

**INSTRUÇÃO NORMATIVA 02/2021 PROAGI/UNILA Nº 1/2024 - CCCL (10.01.05.20.02) Serviço Público  
Federal  
(Nº do Documento: 1)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 13/11/2024 11:11 )*

**GUSTAVO AUGUSTO GONCALVES**

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

CCCL (10.01.05.20.02)

Matrícula: ###395#4

Visualize o documento original em <https://sig.unila.edu.br/documentos/> informando seu número: **1**, ano: **2024**, tipo:  
**INSTRUÇÃO NORMATIVA 02/2021 PROAGI/UNILA**, data de emissão: **13/11/2024** e o código de verificação:  
**353bdc9bbf**



*EDITAL Nº 23/2025 - DELIC (10.01.05.20.02.01)*

*(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)*

*(Assinado digitalmente em 01/07/2025 16:21 )*

**DIOGO ANDRE BASTIAN**

PRO-REITOR(A) - TITULAR

PROAGI (10.01.05.20)

Matrícula: ###164#7

Visualize o documento original em <https://sig.unila.edu.br/documentos/> informando seu número: 23, ano: 2025,  
tipo: **EDITAL**, data de emissão: **01/07/2025** e o código de verificação: **ef8f55d08e**